

# **A/O ASSISTENTE SOCIAL NA LUTA DE CLASSES**

---

**Projeto Profissional e  
Mediações Teórico-Práticas**



**EDITORA AFILIADA**

*Conselho Editorial da  
área de Serviço Social*

Ademir Alves da Silva  
Dilséa Adeodata Bonetti  
Elaine Rossetti Behring  
Ivete Simionatto  
Maria Lúcia Carvalho da Silva  
Maria Lucia Silva Barroco

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Vasconcelos, Ana Maria de

A/o assistente social na luta de classes : projeto profissional e mediações teórico-práticas / Ana Maria de Vasconcelos. — 1. ed. — São Paulo : Cortez, 2015.

Bibliografia

ISBN 978-85-249-2418-7

1. Assistentes sociais 2. Projetos 3. Serviço social - Prática  
4. Serviço social - Orientação profissional I. Título.

15-08888

CDD-361.3023

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Assistentes sociais : Prática profissional : Serviço social 361.3023

**ANA MARIA DE VASCONCELOS**

**A/O ASSISTENTE SOCIAL  
NA LUTA DE CLASSES**

---

**Projeto Profissional e  
Mediações Teórico-Práticas**

**Apoio:  
NEEPSS/FSS/UERJ-FAPERJ/CNPq**

**1ª edição  
1ª reimpressão**

**CORTEZ  
EDITORA**

A/O ASSISTENTE SOCIAL NA LUTA DE CLASSES: projeto profissional e mediações teórico-práticas  
Ana Maria de Vasconcelos

*Capa:* de Sign Arte Visual sobre ideia e imagem de

Thiago de Vasconcelos Gouveia Matos

*Revisão:* Maria de Lourdes de Almeida

*Preparação de originais:* Jaci Dantas

*Composição:* Linea Editora Ltda.

*Secretaria editorial:* Priscila F. Augusto

*Coordenação editorial:* Danilo A. Q. Morales



Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa da autora e do editor.

© 2015 by Autora

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Monte Alegre, 1074 – Perdizes

05014-001 – São Paulo – SP

Tel.: (11) 3864-0111 Fax: (11) 3864-4290

e-mail: [cortez@cortezeditora.com.br](mailto:cortez@cortezeditora.com.br)

[www.cortezeditora.com.br](http://www.cortezeditora.com.br)

Impresso no Brasil – fevereiro de 2017

Aos trabalhadores e trabalhadoras de todo o mundo.

Aos assistentes sociais que, para exercerem sua profissão na direção dos interesses e necessidades dos trabalhadores e trabalhadoras, necessitam transformar profundamente, diária e diuturnamente, o que o capitalismo fez e vem fazendo deles. Não só para encontrar paz de espírito e se olhar no espelho com orgulho, mas, antes de tudo, para dar sua modesta contribuição na revolução do mundo do capital em busca de um mundo de mulheres e homens livres, emancipados.

JOÃO CARLOS. Meu amor.

THIAGO, PEDRO, BRUNO, CRISTINA.  
JOÃO PEDRO, MANUELA, THÉO, ALICE.  
Amores incondicionais.

FERNANDA, ROBERTA, ANDRÉIA, UIRÁ.  
Pela felicidade que dão aos meus filhos e filha.

LIZA e ORLANDO.  
Companheiros de toda jornada.

TOMAZ, MINES, LIANA, LIZA, ZEZINHO, companheiras,  
companheiros e prole.  
Alicerce amoroso da minha jornada.



## SUMÁRIO

<b>PRELÚDIO</b> .....	11
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	35

### **1**

O Projeto Ético-Político do Serviço Social  
brasileiro e formação na sociedade do capital

<b>1.1</b> Concepção de Mundo .....	82
<b>1.2</b> Crítica da Economia Política e o Serviço Social.....	92
1.2.1 O Estado Capitalista.....	106
1.2.2 Origem, Posição e Condição de Classe.....	122
<b>1.3</b> Serviço Social, práxis e trabalho .....	128
1.3.1 Práxis e trabalho .....	130
1.3.2 Serviço Social como práxis .....	142
<b>1.4</b> O Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro: emancipação humana, para além dos direitos e da cidadania burgueses .....	169

1.4.1	O projeto profissional, referências ético-políticas e teórico-metodológicas.....	169
1.4.1.1	Exploração, opressões, diferenças, discriminações .....	208
1.4.2	O Planejamento da atividade profissional.....	221
1.4.2.1	O protagonismo dos trabalhadores organizados na luta de classes como critério do planejamento ..	235
1.4.3	Análise concreta de situações concretas.....	254

## 2

O assistente social na luta de classes: entre projetos, tendências, possibilidades, alternativas não exploradas e consequências, no contexto de lutas emancipatórias

2.1	Surgimento do Serviço Social e <i>quefazer</i> profissional.....	277
2.2	Projetos profissionais.....	293
2.2.1	Projeto com influência da tradição marxista .....	297
2.2.2	Projeto de “cariz tecnocrático” .....	299
2.2.3	Projeto assentado numa “vertente neoconservadora” .....	304
2.2.4	Projeto que constitui uma “vertente aparentemente radical” .....	313
2.3	A escolha ético-política e teórico-metodológica frente a diferentes projetos profissionais .....	317
2.4	Respostas profissionais: tendências, limites, consequências e possibilidades não exploradas .....	340

### 3

#### Serviço Social, Projeto e Atividade Profissional. Eixo de Análise

Introdução.....	426
<b>3.1 O Eixo de Análise.....</b>	<b>433</b>
3.1.1 O exercício profissional mediado pelo Projeto Ético- -Político do Serviço Social: questões candentes .....	433
3.1.2 Sistematização e contextualização de situações concretas..	457
3.1.2.1 O processo de sistematização .....	457
3.1.2.2 Contextualização da atividade realizada.....	471
3.1.3 Dimensão ético-política .....	477
3.1.4 Dimensão teórico-metodológica.....	483
3.1.4.1 Preparação teórico-metodológica do assistente social/equipe .....	483
3.1.4.2 O Planejamento .....	488
3.1.5 Dimensão técnico-operativa.....	496
3.1.5.1 A dinâmica da atividade .....	497
3.1.5.2 Estratégias, instrumentos e recursos utilizados no desenvolvimento da atividade .....	503
3.1.5.3 Objetivos e atividade desenvolvida .....	508
3.1.5.4 Atividade profissional, demandas dos trabalhadores-trabalhadoras/usuários e requisições institucionais .....	511
3.1.5.4.1 Demanda de trabalhadores- -trabalhadoras/usuários.....	511
3.1.5.4.2 Requisições Institucionais .....	529

3.1.5.5	Consequências e alcance das atividades profissionais .....	538
3.1.5.6	Possibilidades e alternativas não exploradas no cotidiano profissional e limites impostos ao exercício profissional .....	548
3.1.6	O Processo de Análise Teórico-Crítica do exercício profissional como parte e expressão da práxis social.....	552
<b>POR ENQUANTO...</b>	.....	<b>573</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	.....	<b>589</b>

## PRELÚDIO

Com este livro, quero socializar com a minha categoria algumas razões que favoreçam a opção consciente pelo projeto do Serviço Social brasileiro que, no fundamental, objetiva referenciar os assistentes sociais na construção das condições necessárias a uma atividade profissional sintonizada com o processo de construção de uma sociedade de homens livres e emancipados, ou seja, uma “*organização social sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero*”, que possibilite a formação integral de todos os indivíduos sociais, numa “*associação livre de produtores livres*”. Desse modo, centramos nossa exposição na busca de apreender os fins que queremos atingir e nas exigências que eles trazem, para além do conhecimento da realidade sobre a qual atuamos — a ser apreendida como complexo de complexos, parte e expressão da realidade local, nacional e internacional — e da identificação das atividades necessárias à realização de uma prática naquela direção, movimento que, estruturado na formação graduada e permanente, se consubstancia no planejamento da atividade profissional.

Diante da impossibilidade real — o que não se trata de especulação, mas de abstração do processo real — da construção de uma sociedade emancipada no contexto da sociedade do capital; da intensificação sem precedentes do poder econômico sobre todas as instâncias da vida social; da intensificação da exploração do trabalho,<sup>1</sup> concomitante ao crescimento

---

1. Para além da exploração de homens e mulheres em idade produtiva, a exploração do trabalho atinge velhos e crianças. No Brasil, 3 milhões de crianças e adolescentes — 5 a 17 anos — estão

exponencial de supérfluos para o sistema capitalista e da desigualdade social; da privatização crescente do fantástico desenvolvimento científico e tecnológico, voltado para a produção de mercadorias supérfluas e não para as respostas necessárias aos desafios que a humanidade tem de enfrentar na busca de respostas às necessidades humanas fundamentais e à sobrevivência da natureza da qual depende; da apatia, da impotência, da preocupação excessiva com os interesses particulares e imediatos, o que tem resultado num individualismo crescente, na desmobilização para a luta social e na busca de respostas na possibilidade do “mágico”; da impossibilidade real de compreender as dificuldades — potencializadas pela gravidade e urgência dos problemas que exigem solução imediata — enfrentadas pelos assistentes sociais no cotidiano da prática e na materialização do projeto profissional, sem apreender a lógica da sociedade capitalista da qual o Serviço Social é parte e expressão e diante do fato de que a emancipação humana está caucionada, não pelo acesso aos direitos de cidadania, mas pela formação do homem integral, formação que exige a transformação radical de uma sociedade baseada na exploração do homem pelo homem, transformação que depende de indivíduos comprometidos — teórica e praticamente — com a construção de uma sociabilidade pautada no trabalho livre e associado, parto de duas inquietantes preocupações, fruto do meu convívio com os assistentes sociais nos mais diferentes espaços sócio-ocupacionais, na docência/pesquisa, no ensino e na atividade socioassistencial.

1) Não é raro encontrarmos assistentes sociais que, mesmo afirmando assumir a direção social e as finalidades do projeto profissional,<sup>2</sup> mostram certa antipatia, quando não intolerância, com Marx e o marxismo. Necessário ressaltar aqui, de pronto, que foi onde os sujeitos do projeto profissional, no seu nascedouro, foram buscar suas referências

---

trabalhando em condições degradantes, diante do que o país não conseguirá erradicar as 89 piores formas de trabalho infantil, conforme compromisso assumido com organizações internacionais do próprio capital, em 2006 (*O Globo*, 14/7/2015).

2. De partida, sinalizo, como ficará explicitado ao longo do texto, que me refiro ao projeto profissional, não como uma coisa, um ponto de chegada, mas como uma processualidade, uma forma de práxis, parte e expressão de uma sociabilidade estruturada em busca da emancipação humana.

ético-políticas e teórico-metodológicas, no sentido de sustentar a possibilidade de o Serviço Social dar a virada no enfrentamento do conservadorismo histórico da profissão — e, é bom que fique claro, desde o início, que é onde eu busco minhas referências.

Muitas das justificativas para aquela antipatia/intolerância estão centradas na suposta incompatibilidade/impossibilidade da produção marxiana e marxista de “dar conta da subjetividade”. São justificativas que, frequentemente, estão baseadas na falta de condições de se apreender a *diferença crucial* entre duas concepções antagônicas de subjetividade.

*Uma concepção* que, com base no liberalismo e no método da psicologia social, concebe a subjetividade como parte da estrutura física/psíquica imanente ao ser humano, como fenômeno da ordem do natural que explica as relações sociais a partir da consciência individual isolada. Uma subjetividade que, já estruturada ao nascer — porque, nessa concepção já nascemos humanos — e sobre a qual se assentam os chamados direitos naturais, poderia ser resgatada através de processos que envolveriam ajuda, apoio, empoderamento, alívio de tensão, resgate de autoestima, terapias familiares/comunitárias, acesso aos direitos de cidadania etc. etc. Na realidade, uma concepção estruturada no pensamento liberal que tem como pressuposto “direitos naturais”: os indivíduos concebidos como portadores de uma natureza essencial, que não resulta das relações sociais; natureza não por acaso identificada como essencialmente egoísta.<sup>3</sup> Desse modo, como quer essa concepção, se “os indivíduos

---

3. A guerra de todos contra todos nem sempre existiu na história da humanidade. O espírito egoísta do homem se manifesta na sua inteireza com a sociedade do capital, a partir do surgimento da propriedade privada e das contradições inconciliáveis entre a burguesia e o proletariado. Em contraste com as formas anteriores de sociedade de classes — asiática, escravista, feudal — onde a desigualdade era tida como algo natural, na sociedade burguesa é proclamada a igualdade de todos os homens por natureza; igualdade necessária à compra-e-venda da força de trabalho no mercado. Diante da impossibilidade real de acesso ao conjunto do patrimônio humano que essa igualdade (formal) promete a todos os indivíduos, ela é justificada pela desigualdade resultante da livre iniciativa, fruto do egoísmo humano, tido como inato, natural. Diante dos conflitos resultantes da busca pela realização pessoal que a liberdade e a igualdade naturais exigem, tanto Estado — criação do homem para garantir a observância de certos limites nas relações humanas —, como os direitos de cidadania, efetivados pelo Estado, se colocam como instrumento, não para erradicar, mas para

precedem, ontologicamente, a sociedade” e são, por natureza, egoístas, o que exigiria um instrumento para evitar a guerra de todos contra todos — o Estado —, porque se preocupar com o acesso pleno à riqueza material e espiritual necessária à plena realização deles, se sua “natureza essencial” pode ser resgatada de dentro dele mesmo, independentemente da sua apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores que consubstanciam patrimônio genérico? Acesso ao patrimônio da humanidade que é substituído pelo “acesso a direitos de cidadania” efetivado pelo Estado, em busca de colocar limites à guerra de todos contra todos; limites a serem definidos, formalmente, pelo próprio Estado. Assim, essa é uma concepção que, se preocupando apenas com a subjetividade, com a interioridade humana, não considera a essencial articulação entre subjetividade e realidade objetiva; não considera o trabalho como atividade humana fundante do ser social.

E *outra concepção* que apreende a subjetividade como fruto do processo de humanização/socialização, porque não nascemos humanos, mas nos tornamos humanos. Uma subjetividade que, assim, não se encontra constituída no nascimento, mas se constitui e se desenvolve no processo de humanização de cada indivíduo<sup>4</sup> — homem/mulher —, ao longo da sua história social e individual, determinada pelas condições materiais e espirituais de existência podendo, relativamente, influenciar essas condições. Constatando que o ser social não se define pela espiritualidade, mas pela práxis — esta, uma síntese de espírito e matéria, de subjetividade e objetividade, de interioridade e exterioridade —, Marx (2008b, p. 47) afirma: “não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao

---

equilibrar as desigualdades sociais fruto da contradição tida como insuperável entre liberdade/igualdade, daí a condição de cidadão não ser incompatível com a sociedade do capital.

4. No processo de tornar-se homem do homem, a partir da análise do trabalho, “dois momentos assumem um papel especialmente relevante: o momento da singularidade (indivíduo) e o momento da universalidade (gênero). Do ponto de vista ontológico, estes dois momentos constituem uma unidade indissolúvel. Suas relações concretas, porém, só podem ser entendidas a partir da própria lógica do processo real e jamais tomadas como um dado ontológico do ser social. Deste modo, *o processo de autoconstrução do homem, matricado pelo trabalho, será sempre o fio condutor do processo social*” (Tonet, 2012, p. 63; grifos meus).

contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência". Desse modo, os indivíduos não nascem egoístas, eles se tornam egoístas, dependendo das suas relações sociais reais. Como sintetizam Netto e Braz (2006, p. 46, grifos dos autores), "*o Homem não nasce indivíduo social: ao nascer, os homens são puras singularidades; somente no seu processo formativo social, no seu amadurecimento humano, os homens podem tornar-se indivíduos sociais — isto é, homens singulares que se humanizam e, à base da socialização que lhes torna acessíveis as objetivações já constituídas do ser social, constroem-se como personalidades inconfundíveis*". Assim, a formação do homem completo implica uma relação entre subjetividade e objetividade, ou seja, "uma determinação recíproca entre o que está fora e o que está dentro do ser humano" (Tonet, 2012, p. 53). Desse modo, a formação do homem integral exige que ele tenha acesso, "o mais pleno possível, ao conjunto de bens materiais e espirituais — necessários à sua plena realização" (idem), acumulados pela humanidade em cada momento histórico. Considerando que o capitalismo é uma sociedade de classes antagônicas, podemos afirmar então que os indivíduos na sociedade do capital não nascem material e subjetivamente ricos ou pobres; não nascem egoístas e preconceituosos ou solidários e tolerantes, mas eles se tornam ricos ou pobres material e subjetivamente, egoístas, preconceituosos, solidários ou tolerantes, a depender das suas relações sociais reais.

Parece-nos que sem a teoria necessária para apreender o ser social na sua constituição e desenvolvimento histórico dialético — a teoria aqui entendida como instrumento para apreender os fenômenos da vida —, temos o caminho facilitado para incorporar à atividade profissional a primeira concepção de subjetividade que, própria e funcional à sociedade do capital, está presente no senso comum. Uma concepção que, se não superada, leva-nos a desprezar as raízes de classe presentes em cada uma delas<sup>5</sup> e dificultar uma opção consciente frente a elas.

---

5. A propósito, os assistentes sociais preocupados com a subjetividade em si podem se iluminar tendo em vista favorecer processos que enfrentem a destruição da subjetividade no contexto da sociedade do capital, na exigente produção de Marx e dos marxistas (especialmente Lukács, Gramsci, Mészáros e, no Brasil, Netto, Lessa, Tonet etc.), não só no que se refere à natureza histórica da formação

Ora, será que, como indivíduos sociais, como assistentes sociais e como categoria — e aqui estou me dirigindo aos mais ou menos 150 mil assistentes sociais brasileiros —, nos perguntamos e/ou temos clareza do porquê de Marx e os marxistas suscitarem tanto incômodo, quando não aversão, na sociedade capitalista? Por que se gasta tanto papel, tinta, espaços no rádio/TV e parolagens, para desqualificar Marx e os marxistas, para “provar que Marx morreu” novamente ou que ressuscitou travestido de novidades? Por que a necessidade e a facilidade de, diante da impossibilidade de disfarçar a existência das classes sociais, as crises e a decadência do capitalismo, anunciar, como se fosse natural e com a maior naturalidade e cinismo, que o mundo está perto de presenciar a divulgação, não dos poucos bilionários do planeta, mas dos raros trilionários? Ou seja, afirmar a existência de super-ricos, neste mesmo mundo onde reina uma concentração nunca vista de propriedade e de riqueza; onde reina a guerra, declarada ou não, quando não sob a justificativa de ser “preventiva”, em nome de interesses privados; onde reina a violência, a fome, o desemprego, a doença e o adoecimento progressivo, físico e mental; onde reina o sofrimento social, psíquico e físico; onde reina a discriminação de toda ordem, a opressão e a exploração da força de trabalho de um trabalhador cada vez mais precarizado; enfim, um mundo onde uma crescente minoria se utiliza de forma perversa, perdulária e predadora da indissociável relação homem/natureza, sem a qual a humanidade não pode sobreviver; onde o alto custo do desenvolvimento da civilização capitalista ameaça a natureza e a humanidade, não só pela bomba atômica.<sup>6</sup>

---

e desenvolvimento do ser social como prática social, mas também nas produções que abordam e enfrentam a apreensão do complexo processo alienação, reificação e fetichismo, a partir de uma perspectiva de totalidade. Não é nas noções de representação sociais, acolhimento ou no estudo de diferentes patologias psíquicas que vamos encontrar as raízes da destruição das subjetividades na sociedade burguesa.

6. O exército nas favelas e a frequência dos assassinatos por arma branca na cidade do Rio de Janeiro, em 2015, foram previstos por Darcy Ribeiro, com base na realidade, há exatos 23 anos: “Se o Estado brasileiro não colocar as crianças pobres na Escola Integral, em 20 anos, o Exército vai ocupar as favelas com tropas e tanques” (*Brasil de Fato*, 11 a 17 de junho de 2015, p. 3).

No mundo capitalista em decadência, que necessita cada vez mais da fraude, da expropriação, da burocracia, da corrupção, da mutilação material e subjetiva dos homens, da produção destrutiva, da incitação à discórdia, da guerra, ou seja, de tudo o que é nefasto ao homem e à natureza, é “a tradição revolucionária de Marx [que] concretiza, antes de mais, a autoconsciência do ser social nos marcos do capitalismo, vale dizer, o máximo grau de conhecimento teórico possível do ser social sobre si mesmo na sociedade burguesa”, como afirma Netto (1989, p. 92).

*A verdade é sempre revolucionária*, como afirmaram Lênin e Gramsci. Diante disso, podemos entender a aversão à crítica da Economia Política, que articula, historicamente, de forma indissociável, produção/sociedade e, conseqüentemente, a aversão a Marx e ao marxismo, onde podemos identificar o único conhecimento que se propõe a apreender a verdade sobre o ser social em todos os seus aspectos. Verdade esta necessária à revolução social, muito além das *verdades permitidas na ordem do capital*, ou seja, o conhecimento essencial e necessário à fabricação das mercadorias,<sup>7</sup> à circulação e incitação ao consumo, a única instância no capitalismo em que são permitidas, permanentemente, transformações profundas, possibilitando à humanidade, mas não a todos os indivíduos sociais, transitar do rádio à TV digital, do telefone fixo ao celular smartphone, em menos de 40 anos.<sup>8</sup> Não é sem razão, assim, que, para além da sua necessária e essencial interpretação tendo em vista dar conta das transformações históricas, somente em Marx podemos ter acesso à teoria social que forneceu/fornece instrumentos para a crítica da ordem burguesa a partir do método materialista histórico e dialético, da teoria do valor trabalho e da perspectiva da revolução. Assim, para todos nós que temos

---

7. Quem pode negar o altíssimo investimento em pesquisa para dar conta da obsolescência programada das mercadorias? Sobre o papel central da ciência nos processos de acumulação capitalista, vide Netto e Braz (2006), especialmente, capítulos 8 — O imperialismo — e 9 — O capitalismo contemporâneo.

8. Hobsbawm (1995), em *A era dos extremos*, ao abordar o que denomina “breve século XX — 1914-1991”, história a “era das ilusões perdidas”, século que põe a humanidade perplexa e temerosa diante das conseqüências deletérias do capitalismo no seu estágio imperialista reposição selvagem da desigualdade, guerras, catástrofes, crises, incertezas, impasses.

como finalidade a superação da ordem do capital, como afirma Boron (2002, p. 11), “uma teoria correta constitui um instrumento insubstituível para que os movimentos populares que resistem à mundialização neoliberal possam navegar com uma margem razoável de certeza nas turbulentas águas do capitalismo contemporâneo”.

É no contexto das necessidades de reprodução do capital e da burguesia que somos levados a um modo de ser e pensar capitalistas. Portanto, é muito fácil e sedutora a adesão às teorias que tratam da epiderme da vida social, das aparências das contradições, do imediato, cujas teses favorecem posturas pragmáticas e em que a psicologização das práticas sociais ganham relevo sob a forma de justificativas que beiram o senso comum. É isto se manifesta, entre outras posturas, mas essencialmente, na recusa dominante em admitir e reconhecer a existência das classes sociais e do seu caráter antagônico, na utilização das mais diferentes formas de exploração, opressão, discriminação, que obscurecem, quando não impedem de serem consideradas, reveladas e apreendidas as raízes de classe desse ser e desse pensar.

Manter este estado de coisas exige da burguesia uma necessária, custosa e sistemática arquitetura ideológica de desqualificação de toda análise que parte de uma perspectiva histórica e de totalidade e de um ponto de vista de classe — o do proletariado enquanto sujeito histórico revolucionário.<sup>9</sup> E, afinal, a análise social fundada na crítica da economia política toma por base a indissociabilidade entre economia e política, o que só pode ser apreendido a partir dos fundamentos da teoria social de Marx, cujo método possibilita captar historicamente as contradições sociais; é uma análise que toma por base a existência de classes sociais

---

9. Aqui revela-se a funcionalidade das teorias do campo pós-moderno, como fonte alimentadora do esforço de manipulação e convencimento da burguesia, onde pode-se encontrar várias teses que anunciam “o fim do sujeito revolucionário” e, conseqüentemente, do projeto emancipatório. Sob o lema “não há alternativa ao capitalismo, apenas possibilidade de reformas” (*There is no alternative* — TINA), esta concepção — assentada num ponto de vista de classe — o da burguesia — que alimenta a denominada “Terceira Via” constitui-se numa perspectiva que se situa em contradição frontal com o projeto de sociedade que tem como horizonte a emancipação humana e, conseqüentemente, com o projeto do Serviço Social.

antagônicas, nas suas relações e conexões necessárias na/para sustentação da sociedade do capital, em contraposição a uma análise que apreende o ser social fragmentado e dividido a partir de grupos sociais;<sup>10</sup> é uma análise capaz de apreender o Estado, não como um ente neutro, que responde a interesses universais, mas como instrumento da burguesia, ainda que permeado pela contradição fundamental da sociedade, o que permite também servir aos trabalhadores e trabalhadoras<sup>11</sup> nas suas necessidades fundamentais, a partir das lutas sociais,<sup>12</sup> enquanto preparam a emancipação. É por essa razão que tudo o que não favorece o que é dominante, que não é do interesse burguês e que aponta para rupturas emancipatórias necessita ser desqualificado, ocultado, quando não, proibido e/ou criminalizado.<sup>13</sup> É no enfrentamento desse estado de coisas que qualquer luta social é estratégica, essencialmente, quando articulam pautas anticapitalistas comuns.

---

10. É assim que, em conformidade com as teses burguesas, muitos de nós nos sujeitamos e alimentamos as políticas sociais quando nos voltamos para estudar ou atuar junto a mulheres, homens, idosos, adolescentes, crianças, negros, homossexuais, sem apreendê-los como complexo e expressão da totalidade social; como se pudessem constituir grupos ou serem apreendidos na sua totalidade, inteireza, substância, subjetividade — ou seja, como indivíduos sociais que são, destituídos da sua condição de classe. Quando não, no cúmulo da fragmentação, referimo-nos à mulher com Aids; à criança/adolescente de rua; à mulher negra; ao transexual... As contradições de classe intensificam a barbárie das discriminações e, desse modo, mais do nunca, devemos atentar para os condicionantes de classe na potencialização da cultura conservadora e antiemancipadora.

11. Nem sempre vou me referir aos trabalhadores e às trabalhadoras, separadamente. Antecipo que sempre com trabalhadores/usuários, estou me referindo aos trabalhadores em geral, trabalhadores e trabalhadoras, independentemente das suas diferenças.

12. Ao longo deste livro, ao nos referirmos às lutas sociais, estamos nos referindo ao protagonismo dos diferentes segmentos da classe trabalhadora na luta de classes.

13. Como afirma Boron (2002, p. 153), *“a fama e a celebridade poucas vezes têm sido companheiras do pensamento crítico. Como ensina a história da filosofia política, os espíritos contestadores foram quase sempre perseguidos e silenciados pelas classes dominantes. Na maioria dos casos, isto se conseguia apelando para formas coercitivas mais ou menos brutais. [...] Em outras ocasiões, menos frequentes, os que combatiam a ordem social existente mereciam apenas a indiferença dos poderosos. Isso ocorria quando os grupos dominantes se encontravam em uma posição tão segura que tinham tanta confiança na estabilidade de sua própria supremacia que se permitiam ao luxo de praticar a arte da tolerância. É claro que essa prática tinha como condição que as vozes dissonantes só pudessem ser ouvidas em um pequeno círculo de inofensivos adversários, carentes de qualquer ligação orgânica com a sociedade civil e, por esse motivo, completamente incapazes de significar um sério desafio às classes dominantes.”*

Nessa direção, faz-se necessário romper com a miséria intelectual, como um dos caminhos para romper com a miséria econômica, social, política e cultural, não só no âmbito das massas trabalhadoras, mas, antes de tudo, entre aqueles que, como intelectuais, são formadores de opinião e, como profissionais, dentre eles os assistentes sociais, querendo ou não, veiculam valores, conhecimentos, habilidades que, a depender da direção social que referencia o sujeito profissional, reforçam uma das classes fundamentais no capitalismo: as classes trabalhadoras ou a classe burguesa.

Nesse sentido, a teoria social crítica cumpre dois papéis na formação de profissionais dotados de pensamento radicalmente crítico e capacidade inventiva: a de iluminar corações e mentes no sentido de enfrentar a força do capital em cada um de nós e como referência central de uma atividade profissional pensada, ou seja, planejada, propositiva e avaliada nas suas consequências, mais do que nos seus resultados, ainda que isso se torne, também, importante, tendo em vista apreender sua eficácia e eficiência na busca de materialização das suas finalidades e objetivos. Mesmo que na teoria social de Marx não estejam todas as respostas necessárias a processos emancipatórios, é nela que podemos contar, mais do que em qualquer outra referência, com indicações claras sobre a possibilidade real de superação de uma ordem social que vem destruindo gradativamente o homem — material e subjetivamente — e a natureza.

Se o assistente social tem como base a crítica da economia política, ele pode ter condições de, numa perspectiva de totalidade, apreender e entender as relações que se estabelecem, consciente ou inconscientemente, entre pessoas que vivem numa comunidade ou num grupo social, ou entre grupos sociais diferentes que vivem no seio de uma sociedade mais ampla, sem perder de vista as determinações dessas relações: a produção material da vida.<sup>14</sup> Ao separar o sistema de produção de seus atributos

---

14. É nesse sentido que se entende ser um contrassenso considerar uma “sociologia econômica”, porque busca estudar as leis, instituições e sistemas econômicos enquanto produtos das relações entre indivíduos que vivem socialmente, como se fosse possível estudar as “relações entre os indivíduos” abstratos, sem considerar a organização social, política e econômica vigente no estudo de indivíduos concretos, reais, situados historicamente.

sociais específicos, os economistas políticos burgueses — ou qualquer um — são capazes de justificar/demonstrar a eternidade e a harmonia das relações sociais, o que se constitui em caminho aberto para colocar no lugar da teoria a fé; a fé, não só através da religião — o que nos remete a justificar e se enveredar pelo caminho do respeito, da boa intenção e da ajuda —, mas a fé na autorregulação do mercado.<sup>15</sup>

Pois bem, diante dessas considerações, acredito que a intolerância com Marx e com o marxismo — principalmente com aqueles autores que resgatam da produção marxiana o seu caráter radicalmente crítico e revolucionário — resulta na mesma intolerância, ainda que involuntária, com o projeto profissional do Serviço Social brasileiro. E é nesse contexto que os assistentes sociais se encontram frente à necessidade e possibilidade de optar pela direção social da profissão que escolheram e eleger as

---

15. É exatamente por não considerar o sistema capitalista como uma totalidade em movimento, que os premiados e brilhantes economistas burgueses, enfocando o sistema de forma fragmentada e desconexa, são e foram incapazes de prever não só a última crise — 2008 —, mas a sua intensidade, profundidade de impacto e persistência, para Mészáros, uma crise estrutural. Coisa que, para quem acompanha as reflexões de grandes intelectuais da esquerda, não foi novidade. Os economistas, assim como os assistentes sociais — em sua maioria — têm uma formação técnica tendo em vista a máxima eficácia operativa para gerir problemas; ou seja, viabilizar as políticas econômica e sociais, respectivamente. No caso dos economistas, estes são formados para gerir técnica e matematicamente um “mercado livre” e não para apreendê-lo, no seu movimento, como síntese de múltiplas determinações. Desse modo, colocado como impossível de ser apreendido a partir de modelos matemáticos, não se considera, historicamente, o ser social, as situações concretas. Está de fora toda a ontologia. Assim como a sociologia estuda a sociedade sem considerar a economia, a economia não considera a sociedade. Desse modo, fica de fora da formação dos economistas — assim como da maioria dos profissionais — a economia política, a filosofia, a história etc., o que os impede de apreender o significado das coisas, ou seja, podem explicar, mas não apreender/entender o significado das coisas. Na medida em que não interessa ao capitalismo que “seus” intelectuais se questionem sobre os fundamentos do sistema, sua lógica e suas consequências, não há interesse dos dominantes na formação de um intelectual que, “habilitado para operar numa área particular, compreenda o sentido social da ação e a significância da área trabalhada no conjunto da questão social” (Netto, 1996), o que se põe como *exigência de uma formação generalista — teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa*. A formação centrada em competências, bem ao gosto do “Acordo de Bolonha”/União Europeia — abril de 2009, que vem pautando as reformas universitárias em todo o mundo, só cobra pela competência antecipada e adquirida, muito aquém da formação daquele “homem completo, pleno”, o que requer um intelectual, sujeito consciente e participante ativo da vida pública.

referências teórico-metodológicas e ético-políticas necessárias, ou seja, aquelas que realmente respondam às exigências para se fazer Serviço Social na sociedade capitalista, na direção dos interesses históricos dos trabalhadores, ou seja, na direção do projeto *profissional*.

A possibilidade de uma escolha consciente é favorecida pela produção de conhecimento, de crítica social, pautada pelo projeto profissional que, desde 1979, ilumina os assistentes sociais, o que poucas profissões têm a sua disposição. A riqueza intelectual do acervo que a profissão dispõe hoje, na direção do projeto profissional, tem inspirado sociólogos, historiadores, psicólogos, enfermeiros, educadores, que procuram a pós-graduação do Serviço Social para se formarem e/ou se especializarem.

Ora, essa questão nos remete à segunda inquietante preocupação que atinge não só os trabalhadores na busca por emancipação, mas os futuros e atuais assistentes sociais, como sua parte e expressão, relacionada ao exercício efetivo das formas potencialmente emancipatórias de consciência social, que “só podem intervir indiretamente no processo social de transformação por meio da mediação necessariamente *oblíqua* da superestrutura legal e política” (Mészáros, 2002, p. 469).

2) Nem mais na universidade compram-se livros; estuda-se através de apostilas, de resumos. Livros que, de uma forma ou de outra, guardam a possibilidade de qualquer indivíduo social resgatar parte considerável do desenvolvimento histórico da humanidade, acessando conhecimentos, valores e habilidades que favorecem o desenvolvimento integral. É diante disso que, na forma impressa ou digital, o livro, sempre consagrado, é ainda reverenciado de várias formas: “No livro é onde a palavra mora. Quando o povo lê, ela nasce de novo”.<sup>16</sup> E como diz Patativa do Assaré, poeta popular, compositor, cantor e improvisador brasileiro: “É por meio

---

16. Não foi possível identificar o autor dessa afirmação, ouvida em algum momento. E, de passagem, não poderíamos deixar de referir à mais nova “enfermidade” da moda no mundo dos best sellers: os livros de colorir para adultos. Para isso, remetendo ao texto de Leonardo L. S. Domingues na internet —, fazemos uso de suas últimas palavras: “Uma frase atribuída ao poeta e filósofo francês, Paul Valery, parece ser a adequada representação do desafio no enfrentamento dessa mania dos livros de colorir para adultos: “Os livros têm os mesmos inimigos que os homens: o fogo, a umidade, os

da leitura Que poderá a criatura Na vida se desenvolver, o livro é companheiro Mais fiel e verdadeiro Que nos ajuda a vencer”. Ora, como sujeitos históricos, a cada geração, somos cada vez mais apartados das possibilidades de desenvolvermos competências e habilidades como leitores capazes de transcender a empiria, apreender e refletir sobre os conteúdos essenciais das práticas sociais, das visões de mundo e de atividades educativas, políticas, econômicas, deveras emancipadoras. Ou seja, a possibilidade de forjar uma subjetividade rica fica interdita e, assim, nos encontramos reféns da simples alfabetização e da formação instrumental e pragmática.

A reestruturação produtiva do capitalismo contemporâneo atinge as condições materiais dos diferentes segmentos da classe trabalhadora, assim como suas condições espirituais/culturais, o que, conseqüentemente, rebate diretamente na formação profissional. Com o ideário da modernidade progressista, substituído pela ligeireza e superficialidade do pensamento e pela desvalorização dos clássicos do pensamento das humanidades, a herança cultural fica suprimida/esquecida nos porões da história (nos livros), pela necessidade de respostas imediatas impostas pelo mercado. Um quadro plasmado pela reforma universitária projetada e idealizada pelo Banco Mundial/Acordo de Bolonha e executada no contexto do reformismo liberal ou neoliberalismo.

Neste contexto, progressivamente, a poderosa organização social capitalista vem favorecendo a socialização de indivíduos capazes de incorporar uma notícia sem, contudo, aprender-lhe seu significado, sua relevância, sua causalidade e suas conseqüências, porque é uma socialização que interdita as maiorias das possibilidades de apreender as manifestações do real caucionadas pela matriz da sociabilidade burguesa. E é assim que as maiorias, ao acessar notícias que veiculam o aumento da violência, as péssimas condições dos serviços de saúde, de educação etc., aceitam e reforçam a busca pelas causas dessas situações na má administração, na

---

bichos, o tempo e o seu próprio conteúdo”. Disponível em: <<https://espacoacademico.wordpress.com/2015/07/18/para-alem-ou-aquem-dos-tons-de-cinza-o-livro-de-colorir/>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

corrupção, na falta de investimento, na má vontade dos profissionais e não na lógica de uma organização entre os homens que vêm destruindo tanto a natureza, como material e subjetivamente os homens e as mulheres.

Não é sem razão que na sociedade do capital, a universalização da educação foi travestida numa entrada maciça no ensino fundamental — a escola transformada no lugar onde a grande maioria recebe conteúdo pré-fabricado e alimentação por cinco dias na semana —; em um ensino médio (capitaneado pelas escolas técnicas) e uma formação universitária (privatizada, aligeirada e superficial, que recusa a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão); universalização pautada numa formação técnico-instrumental para o trabalho explorado/alienado, para a realização do inculcado sonho de ser um futuro capitalista/opressor/explorador de trabalho: ou seja, a educação transformada em formação de mão de obra para o capital ou de capitalistas.

Neste contexto, cada vez mais, nossos jovens estão sendo afastados do estudo que exige leitura sistemática, continuada e que estrutura as condições de uma leitura radicalmente crítico-reflexiva; apartados assim — até quando? —, da universalização de uma educação substantiva, emancipadora ao enriquecer o indivíduo social subjetivamente, em favor de uma educação que simplesmente instrumentaliza para o trabalho explorador e alienante. Um processo agravado, mesmo por experiências bem-intencionadas, pela prioridade dada à quantidade em detrimento da qualidade. Ou seja, pela valorização da quantidade de conteúdo, em detrimento da qualidade de sua apropriação e do “exercício efetivo das formas potencialmente emancipatórias de consciência social”.

Ora, este, não sem razão, é um livro denso, longo, que demanda não só tempo para leitura, mas a apreensão da massa crítica de conhecimentos que dá a direção do projeto profissional, construída no âmbito da categoria nos últimos 30 anos; um livro que demanda idas e vindas, condições para uma leitura crítica e reflexiva, por mais que o entendamos também como um texto de combate, frente a um momento decisivo para o ser social/humanidade e, conseqüentemente, para os assistentes sociais e para o projeto profissional.

Diante da barbárie em que vivemos e da capacidade do sistema capitalista de se revolucionar incessantemente a si mesmo, como afirmaram Marx e Engels, as transformações nas relações indissociáveis entre trabalho/capital/Estado como exigências na construção de uma outra organização social baseada na igualdade substantiva não estão colocadas como inevitáveis, mas como necessárias e vitais a processos emancipatórios. É nesse contexto que a humanidade se encontra diante da urgência/iminência da transformação da necessidade em virtude.

No que se refere a nós, assistentes sociais, a urgência/iminência da transformação da necessidade em virtude está caucionada a um processo de formação e reflexão permanentes que nem as discussões via internet, nem os debates em cursos e eventos — ainda que estes tragam grandes contribuições nesse processo — podem dar conta de forma isolada. O necessário processo de formação graduada e permanente envolve estudo/estudo/estudo, ou seja, leituras críticas sistemáticas, investigação, assessoria,<sup>17</sup> cursos de pós-graduação, prática permanentemente planejada e avaliada nas suas consequências. Um processo individual e coletivo de longa duração, penoso, contínuo e cumulativo, onde o resgate do conhecimento produzido e a produzir — que se dá através da leitura radicalmente crítica e reflexiva — é fundamental. Assim sendo, é um processo que, na sociedade do capital, assim como os trabalhadores na busca por sua emancipação, não encontraremos nem de imediato nem nada que nos favoreça sem grande esforço, investimento, luta. Tudo será arrancado a duras penas. Uma luta árdua, mas, nem por isso, desprovida de afeto, encontros, alegrias, conagraçamentos; momentos iluminados, iluminadores e felizes, como parte indissociável do que nos move a lutar e a viver.

---

17. Desde 1998, tenho insistido na necessária participação da academia nesse processo, tanto formando assessores como assessorando os assistentes sociais no cotidiano da prática. Os processos de assessoria aos assistentes sociais, realizados pelo próprio Estado, têm resultado em ganhos administrativos para os governos nas suas diferentes instâncias, por meio de assessoria à implementação de programas e políticas sociais, o que quase nunca contempla a qualificação e as questões nevrálgicas vivenciadas pelos assistentes sociais no cotidiano da prática. Ver Vasconcelos, 1998.

Como afirmou José Saramago, o grande escritor português comunista, morto em junho de 2010: “Nem sequer é para mim uma tentação de neófito. Os tais 140 caracteres (do twitter) [hoje o whatsapp] refletem algo que já conhecíamos: a tendência para o monossílabo como forma de comunicação. De degrau em degrau, vamos descendo até o grunhido”. Afinal, é onde o capitalismo precisa lançar e está lançando as maiorias, frente as suas promessas de liberdade, igualdade e vitórias de Pirro, ao confrontarmos as brilhantes conquistas da humanidade no campo material e as subjetividades mutiladas, destruídas dos indivíduos sociais, inclusive a subjetividade da própria burguesia.

Ora, se “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história das lutas de classes” e se o Estado burguês,<sup>18</sup> como vem se mostrando ao longo da história do capitalismo, “... não é mais do que uma comissão para administrar os negócios de toda classe burguesa”, como alertaram Marx e Engels, em 1848, mas que, exatamente por se constituir permeado pela contradição de interesses irreconciliáveis entre trabalho-capital, é um Estado que pode ser redirecionado tendo em vista favorecer a luta dos trabalhadores na manutenção e construção das condições necessárias à emancipação, esta é uma tarefa que exige de todos os que livremente acolhem-na como projeto e como prática, como indivíduo social e como profissional, bem mais do que grunhidos no twitter ou comunicações rápidas via whatsapp.<sup>19</sup>

---

18. Ver item 1.2.1.

19. No processo dialético da contraditória sociedade capitalista, onde tudo é atravessado pela contradição capital-trabalho, não poderíamos deixar de sinalizar que, se por um lado, o *twitter* e o *whatsapp* não se revelam como instrumentos que favoreçam processos de formação humana, por outro lado, eles guardam possibilidades de contribuir na mobilização e organização dos trabalhadores nas suas lutas. Foi através das redes sociais e da internet que trabalhadores brasileiros da construção civil, no “Maio Vermelho” de 2011, nas obras das usinas do Rio Madeira, mobilizaram-se e organizaram-se na Usina de Jirau e conseguiram, num efeito dominó possibilitado pela comunicação através de seus celulares, atingir não só as demais usinas em construção, como outras obras da construção civil em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Não sem razão, também em 2011, em agosto, o governo inglês ameaçou impedir as redes sociais na Inglaterra, o que foi considerado impossível pelos especialistas, visando impedir a comunicação entre os jovens da periferia de Londres, que organizaram suas revoltas e resistências através delas (ver jornais da época, especialmente, o *Brasil de Fato*).

Diante disso, pergunto-me: até que ponto a categoria, mas principalmente o conjunto de assistentes sociais no Brasil, que diz abraçar o projeto profissional, tem consciência da briga que comparamos — além da com a ordem dominante, a de cada um consigo mesmo —, das exigências e do trabalho árduo que nos impomos, ao assumir um projeto de profissão que tem como referência uma atividade profissional que possa contribuir com algo na busca pela emancipação do ser social; um processo que se exige anticapitalista, num contexto de “um mundo sem alternativas”, em confronto direto com a poderosa organização social vigente?

Como podemos apreender em Lukács, a *emancipação humana se dá na e pela práxis*. Ora, para Marx, a práxis “é atividade teórico-prática, isto é, tem um lado ideal teórico, e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente por um processo de abstração, podemos separar”. (Vázquez, 2007, p. 262). Nesse sentido, não é suficiente professarmos as referências ético-políticas do projeto profissional para garantirmos uma prática mediada por ele, ou seja, uma prática que se materialize em ganhos para os trabalhadores. Por outro lado, a atividade teórica tanto propicia um conhecimento indispensável para uma atuação transformadora da realidade, quanto traça finalidades, caminhos que antecipam idealmente a transformação, mas ela, por si só, não transforma a realidade. Ou seja, nem petição de princípios, nem a atividade teórica, por si só, transformam a realidade. Não sem razão, Marx nos faz um chamamento na Tese 11<sup>a</sup> sobre Feuerbach:<sup>20</sup> “Os filósofos apenas interpretaram o mundo de forma diferente, o que importa é transformá-lo”; uma transformação que está caucionada pela práxis — práxis que, tendo como modelo o trabalho, se constitui numa atividade teórico-prática, muito além do trabalho, mesmo considerado no seu aspecto fundante como criador de valores de uso, como veremos com mais profundidade no item 1.3.1.

---

20. Conforme afirma Labica (1990), a respeito das Teses de Feuerbach, de Marx, a “Tese 11, em uma linha, portanto, arranca seu sentido das dez precedentes. Ela convida a refazer ao inverso o longo e trabalhoso percurso que era o seu, ainda que ela só faça fechar a corrente, já que o ponto de partida (T.1) — a revolução — é o mesmo de chegada, com uma única ressalva: sob a forma de sua necessidade” (Labica, 1990, p. 188).

É diante dessas exigências que, como afirma Labica (1990, p. 188): “Ele (Marx) (n)os convoca a fazer o que ele fez: uma autocrítica que renuncia a qualquer complacência. Ele (n)os estimula a ‘partir de si mesmos’ enquanto indivíduos, a empreenderem por si mesmos o processo de sua ideologia e de sua função social, a fazerem com que coincida a mudança de si e das circunstâncias — sua autoeducação.” Mudança de si e das circunstâncias — a construção de si mesmo, como afirma Fernandes (1975a) — que está hipotecada à apropriação do patrimônio intelectual que a humanidade nos legou, nos lega e vai legar, processo que exige educação substantiva, emancipadora. Ou seja, “apropriar-se do patrimônio genérico — conhecimentos, habilidades, valores — é condição imprescindível para que o indivíduo singular possa se transformar em membro efetivo do gênero humano” (Tonet, 2012, p. 53).

É nessa direção que podemos realizar o sonho de felicidade para todos, o que não podemos deixar que seja substituído pelo falso sonho que é sermos transformados em “capital humano” que, vendido e assalariado no/pelo mercado, nos qualifica para acessar mercadorias criadas para fascinar e criar desejos que obscureçam as necessidades humanas fundamentais, que estruturam o nosso enriquecimento como indivíduos sociais emancipados e a nossa própria sobrevivência. É neste contexto que, impedidos de nos tornarmos membro do gênero humano, apartados que somos da possibilidade de apropriação do patrimônio material e espiritual acumulado pela humanidade em cada momento histórico, somos submetidos ao consumo de uma quantidade abusiva de agrotóxicos,<sup>21</sup> sem contestação, e incitados a desejar e pagar qualquer preço por

---

21. O Dossiê da ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva). Disponível em: <<http://abrasco.org.br/dossieagrotoxicos/>>. Acesso em: jan. 2013). Sobre os alimentos que consumimos contaminados por agrotóxicos é uma fonte de dados para os assistentes sociais. Vejamos as afirmações da pesquisadora participante do estudo: “Há uma série de estudos relatados no Dossiê, estudos com animais de laboratório, estudos realizados com pessoas expostas, mostrando que os agrotóxicos induzem a alterações reprodutivas, hormonais e até ao câncer... Hoje estamos vivendo um momento, por exemplo, de casos de epidemia de dengue, e entre as medidas adotadas está a pulverização com Malathion que também causa intoxicação. O mesmo princípio ativo do agrotóxico de uso agrícola está presente nesses produtos também... O incentivo dado ao uso de agrotóxico na década

um celular de última geração, como se a felicidade estivesse caucionada pelo acesso a novas tecnologias em todas as áreas: comunicação, lazer, saúde, educação/tablete etc. etc.

No mais, faz parte do senso comum entre os brasileiros, o que é reforçado no período da graduação, que o grande desafio da formação do profissional de nível superior está colocado no período da formação graduada. Assim, a maioria dos profissionais está convencida,<sup>22</sup> o que geralmente é reforçado no âmbito da própria universidade, que a graduação é um momento não só fundamental, mas decisivo e suficiente na vida profissional. Tudo o mais seria complementado pela experiência e por leituras pontuais. Não sem razão, este é o perfil do profissional de nível superior palatável ao “mercado”. Um profissional que, qualificado tecnicamente para responder demandas imediatas, mas com limites objetivos para se perceber como engrenagem na reprodução [acrítica] da

---

de 1970, principalmente no Brasil, de lá para cá, só aumentou. E o incentivo se dá também, por outro lado, pela questão da produção de *commodities* agrícolas. Na verdade, vemos uma inversão do que ocorre no mundo; enquanto o mundo procura se capacitar e produzir produtos com valor agregado, nós estamos voltando a nossa economia para o setor primário, reprimarizando a nossa economia, produzindo *commodities* para exportação... O impacto sobre a saúde e o meio ambiente ocorre há décadas. Alguns pesquisadores, ao longo destes anos, tentaram divulgar seus estudos, como Sebastião Pinheiro, por exemplo, que tentou fazer esse alerta nas décadas de 1980 e 1990. Mas quando os grupos são isolados — porque esses pesquisadores são isolados —, em geral, são atacados”. Vejam o sentido político da ciência, político enquanto decisão/escolha na apropriação do real. Este é o relato da pesquisadora, biomédica da UNIRIO no *Jornal Brasil de Fato*. São Paulo, de 21 a 27 de maio de 2015. Em artigo que registra um projeto do Serviço Social em defesa de assistência integral em reprodução assistida no SUS, encontramos a afirmação sobre os condicionantes sociais da infertilidade: “... fatores como o aumento do índice de aborto e a identificação das determinações específicas para a infertilidade, tais como: baixa prevenção da saúde sexual associada às reincidências de infecções no trato ginecológico; exposição aos fatores nocivos à fertilidade; condições de trabalho e presença de cádmio e chumbo na água consumida pela população são demonstrativos da relação existente entre condições para a fertilidade e fecundidade e as determinações sociais (Masson e Oliveira, 2010).

22. Se essa é uma realidade que foi observada junto a profissionais de nível superior, no âmbito dos Hospitais Universitários do Rio de Janeiro — instituições que formam profissionais de saúde para o país inteiro e que pela sua própria constituição articulam de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão —, são mais perversas as injunções impostas aos milhares de profissionais das mais diferentes áreas que estão se formando em faculdades isoladas ou cursos à distância, apartados, não somente da pesquisa/produção de conhecimento, mas de um ensino de qualidade.

organização social capitalista, se apresenta submisso e atento às exigências, determinações e requisições institucionais/do “mercado”, na realidade, exigências dos setores dominantes/burguesia. Mesmo na vigência do projeto profissional, os assistentes sociais não estão livres dessa condição. Até porque, no corte de classe dos alunos de Serviço Social, grande parte tem ascendência proletária e isto confere um limite às suas possibilidades de escolha.

Se a preocupação é formar gerações preparadas para pensar e contribuir com a constituição, desenvolvimento, consolidação e fortalecimento de processos emancipatórios em articulação com a luta conjunta dos diferentes segmentos da classe trabalhadora, a graduação ocupa um lugar privilegiado no acesso a parte do patrimônio histórico da humanidade, debate das diferentes direções sociais presentes numa sociedade de classe, iniciação à produção de conhecimento e sua consequente socialização. Mas se a graduação é necessária, ela não é suficiente à constituição de um profissional/intelectual, sujeito consciente da atividade profissional, seguro de seus princípios, referências teóricas e das suas competências e atribuições profissionais. Nesse contexto, a consciência radicalmente crítica é não só objetivo da atividade profissional, mas condição para sua realização, ou seja, atividade pensada, planejada e avaliada nas suas consequências, planejamento que requer acompanhar o movimento avassalador, frenético e contraditório do seu objeto de atuação e da realidade que o constitui, determina e mantém relações e conexões com ele, o que exige pesquisa, estudo, estudo, estudo...

É nesse sentido que, como profissional/intelectual, o assistente social pode atuar consciente e criticamente no cotidiano da prática, considerando não só as consequências técnicas da sua atuação, mas, antes de tudo, as consequências éticas, políticas e econômicas que determinam e influenciam (direta e/ou indiretamente) a continuidade ou ruptura/superação da organização social vigente. Esse o perfil profissional delineado pelo projeto de formação da ABEPSS, para o assistente social que escolhe a direção social que possa favorecer os interesses históricos da classe trabalhadora nos seus diferentes segmentos.

Não podemos nos esquecer de que a universidade se constitui, se desenvolve e se sustenta socialmente — seja a universidade pública, seja a privada —, a partir do que foi e vem sendo criado/produzido e reiterado socialmente, ao longo da humanidade, tendo em vista não só conservar e socializar o conhecimento (tanto através da formação de profissionais que irão prestar serviços de relevância pública, como da extensão direta à sociedade do conhecimento conservado e produzido), mas produzir o conhecimento necessário tendo em vista condições de trabalho e de vida necessários à felicidade do ser social, em cada momento histórico, considerando que todo indivíduo social porta as condições de ser feliz, na medida de sua capacidade e da possibilidade de usufruir do patrimônio histórico da humanidade. Um processo que envolve, entre milhares de outras coisas, usufruir o êxtase que é ouvir uma das sinfonias de Beethoven, fazer uso, quando necessário, de uma tecnologia ou medicamento de última geração, assim como ter acesso aos diferentes tipos de linguagem, tendo em vista não só se colocar criticamente diante da realidade em que vive, mas usufruir da leitura de um grande romance da literatura universal.

É diante disso que, após a formação graduada e a inserção no mercado de trabalho, tem início um complexo e contraditório processo dialético de desenvolvimento e consolidação do perfil profissional almejado, a partir de uma operação dialética de grande fôlego, que, assentada no planejamento, análise teórico-crítica e avaliação da atividade profissional, é uma tarefa que não se concretiza em tempo determinado e antecipadamente. É uma atividade que acompanha o profissional ao longo da sua vida profissional, multideterminada e multideterminante, caucionada que é pelo movimento do local de inserção profissional, pelo movimento da sociedade — local, regional, nacional e global, nos aspectos econômico-políticos e culturais, políticos — da qual é parte e expressão, o que envolve idas e vindas, avanços e recuos, na apreensão do seu movimento e na intervenção sobre ela. Um processo em desenvolvimento enquanto viger a atividade profissional e que, no caso do assistente social e de outros profissionais como médicos, enfermeiros, psicólogos etc., por

envolver diretamente outros sujeitos da atividade — os trabalhadores/usuários — não pode guardar semelhanças com a atividade do engenheiro, do pesquisador, do arquiteto, por exemplo, que pode se dar ao luxo de ser confuso, ser lento, predeterminado, diante do seu projeto, diante da sua criação. Ainda que exija retoques e correções sucessivos e que seja este um processo que envolve aperfeiçoamento constante, aqui fica claro que o papel da graduação é garantir que o conjunto de princípios e a teoria necessária à sua materialização estejam revelados e assegurados, pelo menos, na sua base, ou seja, naquilo que é essencial a escolhas conscientes numa sociedade em que tudo conspira contra processos emancipatórios. Um processo complexo que exige, dialeticamente, na unidade teoria-prática, negar o que não favorece e conservar o que favorece práticas mediadas por um projeto profissional que tem como finalidade a emancipação humana, tendo em vista, superando práticas conservadoras, enfrentar o desafio que é objetivar atividades que favoreçam os trabalhadores na luta política por emancipação.

É diante disso, ou seja, diante das possibilidades colocadas pela formação permanente, que, se a formação dos assistentes sociais em cursos à distância — na medida em que ela, como estratégia necessária aos processos de acumulação, se constitui numa falsificação da verdadeira formação universitária centrada na indissociabilidade ensino/pesquisa/extensão — é um problema, ela não é o maior desafio colocado aos assistentes sociais na sociedade do capital. Mesmo a partir de uma formação aligeirada e superficial — o que não acontece somente nos cursos à distância —, os assistentes sociais, conscientes do papel que são chamados a reproduzir na sociedade capitalista, contarão com uma massa crítica de conhecimentos — dentro e fora da área de Serviço Social — que os favorece na sua constituição como intelectuais.

Por mais que se queira negar, mesmo diante da hegemonia devastadora do capitalismo/burguesia, essa organização social tem um sujeito potencialmente revolucionário, por mais amesquinhado, alienado, despolitizado e na defensiva que a maioria dos trabalhadores nos seus diferentes segmentos se encontrem, principalmente no que se refere aos

operários, e por mais força econômica e política que mostre e feroz, alienada e cega que se encontre a burguesia diante das exigências infinitas de acumulação de propriedade e riqueza. A questão diante disso é até quando as massas aceitarão as imposições da burguesia, diante das infinitas possibilidades objetivas abertas contraditoriamente na própria sociedade do capital ao ser social, na construção da sua própria história? Não sem razão, lembrando, Marx já advertia: “a burguesia necessariamente temerá a estupidez das massas enquanto elas permanecerem conservadoras, e o discernimento das massas assim que elas se tornarem revolucionárias” (Marx, 2008a). Afinal, o ser social se estrutura pela autoatividade dos homens que, permanentemente aberta a novas possibilidades, garante sua emancipação no curso da história.

Assim sendo, com este livro, faço um convite a todos os assistentes sociais, independentemente dos motivos das suas escolhas, do lugar da sua formação, das áreas de atuação etc., tanto para que considerem uma opção e defesa radicalmente conscientes do projeto do Serviço Social brasileiro, como para que, coletivamente, nos coloquemos diante das exigências que esse projeto impõe, tendo em vista nossa contribuição na construção dos nexos causais necessários à constituição do discernimento objetivo que estrutura as condições de uma atuação profissional que possa favorecer os trabalhadores e trabalhadoras na busca por emancipação humana. Um discernimento que situa os assistentes sociais diante de uma nevrálgica questão: falta ao conjunto de assistentes sociais brasileiros inventar e tornar hegemônico, em todos os espaços profissionais, o modo(como) de fazer Serviço Social na direção do projeto profissional, o qual não tem nada a ver com o modo conservador de fazer Serviço Social conservador, ainda que atuemos no decorrer da história, na sociedade capitalista, nas mesmas instituições, com os mesmos trabalhadores/usuários e, frequentemente, a partir dos mesmos instrumentos: entrevista, reunião, visita domiciliar, estudo social, parecer social, avaliação social etc. Uma requisição que vai além dos avanços na idealização do que é necessário fazer e das exigências que a realização da atividade profissional coloca aos assistentes sociais, na docência e na atividade socioassistencial,

e do que se faz em parte da pesquisa e da produção de conhecimento, em tempos de hegemonia avassaladora do capital. Um modo de fazer que exige não só ser diferente, justo, respeitoso, competente teoricamente, mas exige se colocar de forma antagônica ao que é exigido e dominante no capitalismo, em todas as instâncias da vida social, exercitando e possibilitando o exercício das formas potencialmente emancipatórias de consciência social. Uma exigência que se põe, não só porque a realidade é movimento e sempre coloca novas necessidades e possibilidades, mas, essencialmente, porque estamos diante de interesses, finalidades e objetivos antagônicos: manter/reformar, o que favorece a burguesia, ou revolucionar a sociedade do capital rumo à emancipação humana, o que favorece não só os operários e demais trabalhadores assalariados, mas o gênero humano.

Neste contexto, se é através do Serviço Social que, para além da nossa condição de indivíduo social, nós, assistentes sociais, podemos dar nossa contribuição na construção das condições para a emancipação humana, *o que se coloca como questão e âmago da questão, para os assistentes sociais e para os demais profissionais, não é o Serviço Social/profissão em si mesmo, mas o projeto emancipador de sociedade ao qual ele está articulado.*

## INTRODUÇÃO

*Saídas há.* No contexto de um mundo que nos turva a vista, os desejos e os instintos, pelo excesso de mercadorias que não dão respostas às necessidades humanas essenciais e de uma infeliz humanidade e/ou das infelizes maiorias, permanentemente convencidas de que não há alternativas ao capital, o que está em questão é: *quem ganha e quem perde com as grandes escolhas, difíceis, complexas e necessárias*, que individual e coletivamente temos, estamos e vamos fazer, diante de propostas, alternativas e possibilidades que a humanidade já tem e já sabe quais são, por mais que grande parte dos indivíduos sociais, deserdados da riqueza material e espiritual, as ignore?

A humanidade, ao longo da sua história, vem deixando como herança às gerações futuras, além de objetivações que poderiam possibilitar subjetividades ricas, condições de vida e de trabalho e felicidade a todos os indivíduos sociais, valores, princípios e referências teóricas, fruto de movimentos revolucionários e emancipatórios, que podem ser resgatados na produção marxiana e marxista e nos projetos socialista e comunista. É a partir do resgate dessa herança que a humanidade hoje pode se colocar frente a escolhas urgentes e necessárias entre:

- ***trabalho associado***<sup>23</sup> (trabalho que, como criador de valores-de-uso, com o objetivo fundamental de atender as necessidades

---

23. Somente o trabalho associado “permite superar todas as formas estranhadas de relações entre os homens geradas pelo capital ou por ele apropriadas e subsumidas. Ao trabalharem associadamente, as relações entre os homens passarão a ter o caráter de relações entre pessoas e não entre

humanas, se constitui como base material da superação da dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, entre teoria e prática; trabalho associado, livre, consciente, coletivo e universal, sustentação da emancipação humana e de uma humanidade emancipada) ou *trabalho explorado* (o trabalho considerado fundamentalmente como criador de valores de troca; trabalho explorado que, opondo produtores/operários e exploradores/burguesia na produção e na apropriação da riqueza socialmente produzida, impede sua apropriação social);

- *propriedade social* dos meios essenciais de produção ou *propriedade privada* dos meios essenciais de produção;
- **socialização da riqueza** socialmente produzida ou *concentração exponencial da riqueza* socialmente produzida;
- **indivíduos sociais como centro das escolhas** ou a *mercadoria*;
- **socialização** do patrimônio histórico da humanidade<sup>24</sup> ou *privatização* do patrimônio histórico da humanidade;
- **sociedade sem classes** ou *sociedade de classes*;
- **proteção e preservação da natureza** e dos recursos essenciais à vida em sociedade ou *deprecação e destruição da natureza*;
- **Socialismo/Comunismo** ou *Capitalismo*;
- **emancipação humana** ou *barbárie*.

---

coisas; já não haverá relações de exploração e dominação; todos os indivíduos terão a possibilidade de apropriar-se da riqueza coletivamente produzida e, ao mesmo tempo, de desenvolver as suas potencialidades, contribuindo tanto para a sua realização como para a do gênero humano. Deste modo, o trabalho associado implica que a produção seja voltada para o valor-de-uso, ou seja, para o atendimento das necessidades humanas” (Tonet, 2012, p. 21).

24. “Em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social é o conjunto de atributos e das possibilidades da sociedade, e esta é a totalidade das relações nas quais os homens estão em interação. Assim, em cada estágio do seu desenvolvimento, o ser social condensa o máximo de humanização construído pela ação e pela interação dos homens, concretizando-se em produtos e obras, valores e normas, padrões e projetos sociais. Compreende-se, pois, que *o ser social seja patrimônio comum de toda a humanidade, de todos os homens, não residindo em nenhum deles e, simultaneamente, existindo na totalidade de objetivações de que todos podem participar*” (Netto e Braz, 2006, p. 45; grifos meus). Nessa medida, o patrimônio da humanidade, consubstanciado pelo conjunto de conhecimentos, habilidade e valores, é sempre histórica e socialmente datado.

As escolhas entre alternativas estão hipotecadas à consciência e à força de pressão de quem ganha e quem perde com cada uma delas. Na sociedade capitalista,<sup>25</sup> independentemente da direção social que escolhemos, todos — e aqui estou me referindo a cada indivíduo social e à humanidade como um todo — somos chamados a atuar a favor dos interesses do capital,<sup>26</sup> necessariamente travestidos em interesse geral, o que significa atuar a favor dos interesses dominantes de privatização de tudo em detrimento dos interesses de quem produz valor através do trabalho, o que, em última instância, significa em detrimento do próprio homem e da humanidade.

Num contexto de *interesses contraditórios*, independentemente da percepção, da crença e/ou das representações dos indivíduos sociais, as classes sociais existem e a luta de classes está em vigência no âmbito da organização social capitalista,<sup>27</sup> luta que se espalha para todas as instâncias

---

25. Capitalismo: sistema econômico-social baseado na legitimidade da propriedade privada dos meios essenciais de produção, na ilimitada liberdade de mercado com o principal objetivo de adquirir lucro e concentrar renda e riqueza, através da exploração do trabalho em troca de salário, como podemos apreender em Marx. Diante da saga predadora do grande capital revelada pelas crescentes fusões e incorporações e da ubiquidade das práticas protecionistas, esse “mercado livre” idealizado, como afirma Mészáros (2002, p. 349) inexistente em nossos dias em qualquer lugar do mundo.

26. Para Marx, capital é uma relação social, uma “potência social”. Uma relação de classe entre capitalistas (que exploram a força de trabalho) e trabalhadores (que só podem sobreviver pela venda, no mercado, da sua força de trabalho e do seu trabalho). Uma relação social que permite ao capitalista acumular capital, através da extração de mais-valia/lucro, na medida em que remunera a força de trabalho que cria valor de troca ao acionar os meios de produção (capital constante) por um valor inferior ao valor produzido pela força de trabalho assalariada (capital variável) (Marx, 1985, 1998). Para Harvey, capital “é um processo de circulação no qual o dinheiro é usado para fazer mais dinheiro, frequentemente — mas não exclusivamente — por meio da exploração da força de trabalho” (2014).

27. Aqui não se trata de ser a favor ou não da existência das classes sociais e da luta de classes. Independentemente da vontade de cada indivíduo social, a existência das classes sociais, a luta de classes e as possibilidades da revolução não são construções teóricas, abstrações. São dados da realidade, abstraídos do processo social real. Foram apreendidas por Marx na dinâmica da vida social, na história da humanidade, na totalidade social. Ou seja, foram teorizadas — transformadas em conhecimento, através do método dialético. É nesse sentido que, no método da teoria social, teoria é conhecimento do movimento do real onde se distingue a esfera do ser da esfera do pensamento. O concreto que chega ao pensamento, “cientificamente exato” — o concreto pensado — é um produto do pensamento. O conhecimento teórico para Marx, como resgatado por Netto, “é o conhecimento do concreto, que constitui a realidade, mas que não se oferece imediatamente ao pensa-

da vida social, o que significa que, se processando no público e no privado, é mediada pela e media a atuação de qualquer indivíduo e de qualquer profissional, dentre eles o assistente social.

No processo da luta de classes na luta política por hegemonia na sociedade burguesa, sociedade fundada no modo de produção capitalista, podemos apreender, pelo menos, três dimensões indissociáveis: a luta social, a luta ideológica e a luta institucional.<sup>28</sup> Os assistentes sociais, majoritariamente, operam no âmbito da luta institucional e da luta ideológica, o que repercute direta ou indiretamente na luta social. Em última instância, a correlação de forças nas diferentes dimensões da luta de classes é definida pela pressão das massas, o que impõe à luta ideológica e institucional tomar como critério a luta social anticapitalista, se o horizonte é a emancipação humana e não o acesso a direitos de cidadania. Assim, é na disputa institucional e na batalha das ideias que as forças sociais anticapitalistas podem contar com contribuições na construção de uma força social de massas onde, ao mesmo tempo, dialeticamente, nesse mesmo campo, somos chamados a operar em favor dos interesses burgueses dominantes e, conseqüentemente, em favor do capital e do capitalismo, para, confundindo, embaraçando, favorecer o controle, a dominação, a necessária cooperação de classes, quando não, operando as necessárias concessões frente imposições de limites ao capital pelos trabalhadores. Limites que o capital sempre encontra meios de reverter em seu favor e que, por isso mesmo, não podem ser colocados como finali-

---

mento: deve ser reproduzido por este e só 'a viagem de modo inverso' permite esta reprodução. [...] Marx não hesita em qualificar este método como aquele 'que consiste em elevar-se do abstrato ao concreto', 'único modo' pelo qual 'o cérebro pensante' 'se apropria do mundo'" (2009, p. 685; grifos do autor).

28. Na sociedade capitalista — uma sociedade dividida em classes antagônicas —, a política se consubstancia na luta de classes pela conquista da hegemonia na estruturação, direção e condução da sociedade, processo condicionado pelas possibilidades objetivas inscritas na realidade. Política entendida como uma atividade prática na medida em que como processo de luta exige a mobilização e organização de seus membros; meios e métodos reais e efetivos de luta (greves, comícios etc.); tendo como objetivo a conquista, conservação e/ou direção do Estado. Neste contexto, como mostra Vásquez (1977, p. 201) "o poder é um instrumento de importância vital para a transformação da sociedade".

dade das lutas sociais. Assim sendo, se constituem em limites que resultem em condições mais favoráveis aos trabalhadores em dar continuidade às suas lutas para substituir o trabalho explorado pelo trabalho associado, caminho para a emancipação humana, visto que é impossível impor ao capital uma lógica que não seja a de sua própria reprodução.

Na busca de consequências dos nossos atos e ações sintonizadas com nossas finalidades e objetivos, é a segurança dos princípios ético-políticos e a qualificação teórico-metodológica que pode, ao fomentar um complexo<sup>29</sup> causal favorável, nos iluminar — como indivíduos sociais e como profissionais — tendo em vista participar desse processo, buscando realizar escolhas conscientes e necessárias, nesse complexo campo da luta de classes.

Ora, se todo indivíduo é parte e expressão do ser social<sup>30</sup>, mas individualmente não carrega todas as possibilidades deste ser, não há qualquer possibilidade de individualmente ou como categoria profissional, ao fazermos história, transformarmos o mundo ao “empoderar<sup>31</sup> e/ou conscientizar

---

29. É importante ressaltar, como o leitor poderá observar ao longo do livro, que a utilização das noções de complexo/complexidade, referenciadas em Lukács, não guardam relação alguma com um dos últimos modismos: o “pensamento complexo”.

30. Desenvolvido e articulado como se encontra hoje, o ser social é o único ser capaz de agir teleologicamente, de propor finalidades, de antecipar metas, ou seja, capaz de projetar, de criar produtos, artefatos, representações e símbolos que ganham uma existência que transcende a(s) existência(s) singular(es) do(s) seu(s) criador(es). Assim desenvolvido, esse ser “não tem nenhuma similaridade com o ser natural (inorgânico e/ou orgânico); ele só pode ser identificado como o *ser do homem*, que só existe como homem em sociedade”. (Netto e Braz, 2006, p. 51-52)

31. Aqui se torna necessário, mesmo numa introdução, abordar a noção de *empowerment* (empoderamento), diante da centralidade e da naturalidade com que assistentes sociais que afirmam assumir o projeto profissional fazem uso dela. Primeiramente, “o uso das palavras traduz relações de poder e relações de dominação” (Fernandes, 1981, p. 8). Assim, tendo em vista fidelidade às nossas finalidades e objetivos, todo cuidado é pouco na apropriação de noções e conceitos. Nesse sentido, ou uma palavra tem um significado X, no máximo um significado aproximado, ou qualquer palavra pode assumir o significado que cada um queira, o que impossibilitaria a comunicação, principalmente se nos encontramos no contexto das referências teóricas é ético-políticas para uma profissão. Desse modo, por exemplo, não cabe afirmar que ajuda e Serviço Social são a mesma coisa, ainda que muitos gostariam que fosse, principalmente a burguesia. É diante disso que não há como reconstruir, recriar ou travestir de outros sentidos algumas noções, dentre elas a de empoderamento. *Empowerment* é uma noção originária da administração, para designar uma ação de gestão estraté-

“pessoas” e/ou “organizar as massas”. A transformação do mundo não é obra de uma mente brilhante, nem de um grupo iluminado. Na busca de

---

gica com o objetivo de “melhor utilizar a força de trabalho”, ou seja, extrair mais-valia, a partir da descoberta de que a “prática do *empowerment* é fundamental para libertar a empresa do vício da centralização das decisões, que a torna lenta e burocrática”. Na linguagem empresarial, “aproveitar o capital humano nas organizações através da delegação de poder”. Nesse sentido, a delegação de poder aqui não significa exercício do poder tendo em vista os interesses dos sujeitos do processo de trabalho — os trabalhadores —, mas o exercício de “certo poder”, que, doado, delegado, permitido, exige o compartilhamento de *certas informações* que favoreçam a potencialização dos negócios, tendo em vista os interesses de acumulação do capital. Assim, para o empresário, a descentralização das decisões empresariais num “contexto participativo” acaba por interferir na motivação, numa maior satisfação, maior agilidade e flexibilidade dos trabalhadores que, se por um lado, potencializa a competitividade, por outro lado resulta em “autonomia” dos trabalhadores, para atuar tendo em vista aumentar a capacidade da empresa de explorar o próprio trabalho. Neste contexto, é um poder relativo que não resulta do compartilhamento de informações fundamentais/segredos sobre os negócios e seus projetos, frente os interesses de todos os envolvidos nos processos de produção. Na verdade, através da noção de empoderar alguém, trata-se de delegar *certa autonomia* para a tomada de decisões, e da participação dos trabalhadores, transformados em colaboradores/parceiros, na gestão dos negócios, ao assumir responsabilidades e liderança de forma compartilhada. Desse modo, tornou-se útil, à burguesia, o espraio da noção de empoderamento para outras áreas, na medida em que o empoderamento, em qualquer contexto, parte do poder real exercido por quem domina, que necessita, em parte, mas não essencialmente — ou seja, aparentemente — delegar/compartilhar poder com indivíduos/grupos que tanto representam a força de quem produz, quanto representam a força política essencialmente explosiva, que contém potencialmente capacidade de reação/resistência/sublevação e que necessita ser controlada, distraída, manipulada, dominada, submetida, intimidada. Não é sem razão que, como podemos observar em artigos que defendem essa noção, “*Empowerment* corresponde a uma relação que envolve poder e responsabilidade, como duas faces de uma mesma moeda. [...] Para promover o *empowerment*, não basta transferir verbalmente poder às pessoas; elas precisam ter reais condições de agir no pleno exercício da sua responsabilidade, desenvolvendo o que chamamos de *ownership*, ou seja, agirem como intraempreendedores e como se fossem ‘proprietárias’ do negócio, pensando como empresários”. Ou seja, representando, como em um teatro, o papel de proprietário o trabalhador acaba pensando como proprietário; como se realmente estivesse decidindo o que é essencial, tanto frente aos interesses do proprietário, como frente aos seus próprios interesses. É assim *na política*, onde o empoderamento objetiva envolver pessoas, organizações, comunidades em processos decisórios que têm relação com o que é periférico, acessório, acidental, episódico, secundário, supérfluo e não o essencial e o necessário; *na economia*, que objetiva delegar poder aos considerados “excluídos”, para que ao participarem de certas pequenas, periféricas e não substantivas decisões econômicas sejam e sintam-se responsabilizados pelas condições adversas que afetam suas vidas; *na saúde*, quando o acesso a conhecimentos e informações sobre doenças e formas de adoecer, inclusive no trabalho, é utilizado para conferir uma falsa autonomia/responsabilidade sobre os determinantes da saúde, o que resultaria, mecanicamente, em melhores condições de vida e de trabalho, para além da educação, da cultura, do usufruto do patrimônio histórico da humanidade e do poder político e econômico, essenciais à transformação dos

transformar o mundo, não existe a possibilidade de conscientizar/empoderar (dar poder) pessoas, poder que só pode resultar de disputa na luta social. Afinal, poder e consciência não se transferem, não se delegam nem se doam. Poder disputa-se e se mantém pela força ou pela associação coletiva e consciência se plasma na luta social consciente.<sup>32</sup> Desse modo, uma organização social livre e emancipada só pode resultar de uma tarefa coletiva complexa e contraditória a ser empreendida por parte dos interessados numa organização socioeconômica sem classes, baseada na propriedade coletiva dos meios essenciais de produção, fundamento de uma sociedade de homens emancipados.

É no contexto de uma sociedade baseada na exploração do trabalho, na propriedade privada e na concentração da riqueza — a sociedade do capital — que se coloca a questão da emancipação humana,<sup>33</sup> do comunismo.

---

determinantes socioeconômicos e políticos da saúde; *na administração*, como se o fortalecimento do poder decisório nas mãos de determinados trabalhadores, o que, ao aumentar suas possibilidades na competição, interfere na sua motivação e na autoestima, pudesse se voltar para seus próprios interesses e não somente para os interesses de acumulação, no movimento frenético do capital que captura tudo à sua volta, visto que é impossível impor ao capital uma lógica que não seja a de sua própria reprodução. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/carreira/o-que-e-empowerment-e-como-ele-funciona/46403/>>; <[http://pt.wikipedia.org/wiki/Empoderamento\\_\(administra%C3%A7%C3%A3o\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Empoderamento_(administra%C3%A7%C3%A3o))>. Acesso em: dez. 2012.

32. Não podemos nos esquecer, como veremos a seguir, de que quando supera o espontaneísmo, toda luta educa pela sua exigência teórica, exigência de conhecimento sobre a realidade.

33. “O uso das palavras traduz relações de poder e relações de exploração/dominação, como podemos apreender em Fernandes (1981, p. 8). Como a sociedade do capital necessita travestir o sentido de tudo que favorece a classe trabalhadora nos seus diferentes segmentos, com a noção de emancipação não é diferente. A palavra emancipação vem sendo utilizada em situações que esvaziam o seu sentido, exatamente para obscurecer o sentido da emancipação humana e da sociedade comunista. Diante disso, põe-se a exigência de sermos claros quanto ao uso de noções e conceitos, visto que o esvaziamento do sentido de certas noções torna-se funcional aos processos de controle e manipulação, assim como a imposição de noções travestidas no seu sentido original, como ocorre com a noção de empoderamento, empreendedorismo, vulnerabilidade social etc. que se espriam como pragas na atualidade. Desse modo, conceitos, noções, palavras vêm sendo banalizados e/ou travestidos no seu sentido original. É neste contexto que para o espanto de alguns e gozo de outros, trabalhador vira colaborador; Bolsa Família empodera e/ou emancipa, isto porque não se trata de emancipação humana, mas de emancipação política, esta, mesmo que empobrecida, funcional à ordem do capital.

Para Marx, “a questão da emancipação é uma questão universal, a questão do nosso tempo, e geral”. Todos nós queremos ser emancipados. A emancipação política e a emancipação humana, para o autor, guardam distinções e nexos. A emancipação política, limitada e parcial, está caucionada a ganhos possíveis no escopo do Estado e à participação política e a emancipação humana, de *caráter ilimitado e integral*, está contida na liberdade do ser humano em perspectiva de totalidade, para além da sociedade do capital. Como afirma Tonet (2012, p. 68),

**Integral** “porque não é apenas uma parte dos homens que é livre, nem a totalidade dos homens que é livre em parte, mas porque todos os homens estão situados no interior do patamar humano mais livre possível. **Ilimitado**, porque faz parte de uma forma de sociabilidade indefinidamente aperfeiçoável; porque não traz em si obstáculos insuperáveis. [...] Se por liberdade entendemos essencialmente autodeterminação, então a *liberdade plena* significa aquela forma de liberdade — o grau máximo de liberdade possível para o homem — que o indivíduo tem como integrante de uma *comunidade real*, cujo fundamento é necessariamente o trabalho associado. Em síntese, a essência da emancipação humana está no domínio consciente e coletivo dos homens sobre o seu processo de autoconstrução, sobre o conjunto do processo histórico” (grifos itálicos do autor; negritos meus).

Assim, para o autor, a emancipação humana só é possível no comunismo, quando se torna possível o ser humano se transformar com a transformação do sistema, o que inclui a transformação das relações sociais, a transformação das relações entre o ser social e a natureza e a abolição da propriedade privada<sup>34</sup> e das classes sociais, num processo contínuo de construção da liberdade. Como afirmou Marx (1969, p. 52):

---

34. Na sociedade capitalista, o direito do homem à liberdade, como afirma Marx (1969, p. 42-43), “não se baseia na união do homem com o homem, mas, pelo contrário, na separação do homem em relação ao seu semelhante. A liberdade é o *direito* a esta dissolução, o direito do indivíduo *delimitado*, limitado a si mesmo. A aplicação prática do direito humano da liberdade é o direito humano à *propriedade privada*. [...] O direito humano à propriedade privada é o direito de desfrutar de seu patrimônio e dele dispor arbitrariamente, sem atender aos demais homens, independentemente da sociedade,

somente quando o homem individual real recupera em si o cidadão abstrato e se converte, como homem individual, em ser *genérico*, em seu trabalho individual e em suas relações individuais; somente quando o homem tenha reconhecido e organizado suas “forces propres” [próprias forças] como forças sociais e quando, portanto, já não separa de si a força social sob a forma de força política, somente então se processa a emancipação humana. (Grifos do autor)

Ora, como afirma Netto (1996, p. 89),

as profissões não podem ser tomadas apenas como *resultados* dos processos sociais macroscópicos — devem também ser tratadas cada qual como *corpus* teóricos e práticos que, condensando projetos sociais (donde as suas inelimináveis dimensões ideo-políticas), articulam respostas (teleológicas) aos mesmos processos sociais. (Grifo do autor)

---

é o direito do interesse pessoal. A liberdade individual e esta aplicação sua constituem o fundamento da sociedade burguesa. Sociedade que faz com que todo homem encontre noutros homens não a *realização* da sua liberdade, mas, pelo contrário, a *limitação* desta. Sociedade que proclama acima de tudo o direito humano ‘de gozar e dispor de seus bens, rendas, dos frutos de seu trabalho e de sua indústria como melhor lhe convier’ (art.16 da Constituição de 1793)”. Ora, a defesa e manutenção da propriedade privada vem sendo assentada na afirmação da separação dos homens entre fortes e fracos. Quem é forte é proprietário, quem é fraco, vende “livremente” seu trabalho no mercado. Mas a idade dos monopólios trouxe grandes avanços na questão da propriedade. Vejamos os argumentos de um executivo de um grande conglomerado produtivo, diante da cobrança, por lei, em dar destino ecológico a, pelo menos, metade dos milhares de garrafas pet que sua empresa produz e que entulha rios, córregos e mares. Diz ele: “A discussão das responsabilidades nessa questão merece muito cuidado porque depois que o consumidor vai ao supermercado e compra seu refrigerante *ele passa a ser proprietário da garrafa pet*”. Realmente são incomensuráveis os ganhos para a humanidade, quando os “fracos” passam de “livres vendedores de sua força de trabalho no mercado” para proprietários de garrafas pet, baterias de celular, sacos plásticos, pneus a serem descartados. Neste contexto, os “fortes” continuam proprietários dos meios sociais/essenciais de produção e os “fracos”, pobres, mesmo interditados de vender sua força de trabalho no “livre mercado”, como consumidores, passam também à condição de proprietários do que vira, na era da obsolescência programada, rapidamente lixo, e precisa ser descartado, principalmente, proprietários do lixo que necessita de trabalho/tecnologia caros, para ter um destino que não destrua ainda mais a natureza e o homem. Será quanto vai demostrar para vermos os doentes serem responsabilizados pelo lixo tóxico produzido nos hospitais e outras coisas mais? Porque países como o Brasil já estão sendo utilizados como “latão de lixo” de países europeus. É o que podemos observar com os milhares de contêineres que chegam em nossos portos com pneus velhos, roupas e material descartável de hospitais etc.

Diante disso, pergunta-se: por que e para que um Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro,<sup>35</sup> projeto que ao convocar os assistentes sociais para a construção de uma nova ordem societária sem dominação e exploração de classe, etnia e gênero, tendo no horizonte a emancipação humana, situa os assistentes sociais na contramão da sociedade capitalista e em confronto direto com os interesses do capital?

E aqui, frente ao fato de que a maioria dos assistentes sociais se coloca “favorável aos trabalhadores”, destacam-se, pelo menos, duas razões de fundo, para buscarmos referência em um projeto que favorece uma atividade profissional consciente e radicalmente crítica.

1) Se a construção de uma sociedade emancipada depende da vontade e da ação efetiva dos homens, num coletivo que, se de início, é o mais plural possível, quanto mais próximo de rupturas, ele vai se definindo com relação aos rumos da sociedade que quer construir. Diante disso, enquanto viger a sociedade do capital, quanto menos rico material e subjetivamente e mais submetido à alienação,<sup>36</sup> mais o indivíduo social estará sujeito a se submeter aos interesses do capital e se constituir em braço — mais ou menos essencial — da elite dominante,<sup>37</sup> principalmente

---

35. Como veremos na parte 2 deste livro, este não é o único projeto a referenciar ou ser tomado como referência pelos assistentes sociais brasileiros. Assim, quando nos referimos ao projeto ético-político do Serviço Social brasileiro/projeto profissional/Projeto Ético-Político/projeto, estamos nos referindo ao projeto influenciado pela tradição marxista, que tem sua gênese na perspectiva de intenção de ruptura (Netto, 1991).

36. “Conforme as condições histórico-sociais em que se realiza [...] a práxis pode produzir objetividades que se apresentam aos homens não como obras suas, como sua criação, mas, ao contrário, como algo em que eles não se reconhecem, como algo que lhes é estranho e opressivo. [...] *entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida — a criatura passa a dominar o criador*” (Netto e Braz, 2006, p. 44, grifos do autor). Na exploração, a alienação penetra o conjunto das relações sociais e a sociedade e seus membros “movem-se numa *cultura alienada* que envolve a todos e a tudo”, quando as objetividades humanas passam a estimular regressões do ser social. Esse fenômeno — a alienação —, embora configurando-se como um fato de grande perdurabilidade, as condições históricas em que ele se processa — divisão social do trabalho e propriedade privada dos meios de produção fundamentais e formas determinadas de exploração do trabalho —, como fruto da atividade dos homens, não são eternas nem naturais; são condições que podem ser superadas no curso do desenvolvimento histórico (idem, p. 45).

37. No sistema capitalista, assim como no Brasil, a elite dominante, proprietária de bancos, grandes construtoras, fábricas, empresas, telefonia, canais de rádio e TV, portais da internet e ações

nos momentos de ruptura. Lembremos que, no “18 de Brumário de Luiz Bonaparte”, Marx já advertia: “a burguesia necessariamente temerá a estupidez das massas enquanto elas permanecerem conservadoras, e o discernimento das massas assim que elas se tornarem revolucionárias” (Marx, 2008a). Ora, pelo lugar privilegiado que ocupamos como assistentes sociais, nós nos constituímos, em princípio, num poderoso braço da elite dominante, o que significa que, cotidianamente, somos chamados a reproduzir acriticamente<sup>38</sup> mecanismos de controle e dominação, o que vem, historicamente, contribuindo para acalmar, desmobilizar, desorganizar e aprofundar a alienação dos diferentes segmentos da classe trabalhadora com os quais atuamos. Esse processo se dá ao realizarmos a prática pela prática, ou seja, realizar como um fim em si mesmo o apoio, a orientação, o encaminhamento, o aconselhamento; ao burocratizarmos as ações pelo preenchimento mecânico de plataformas de dados e cadastros,<sup>39</sup> elaboração de estudos socioeconômicos, avaliação social, laudos e pareceres; ao colocarmos como limite o acesso aos direitos, tendo como

---

na bolsa de valores, necessita destruir a concorrência, defender e manter seus privilégios. Quem é proprietário e/ou vive de rendas está preocupado mais com a necessária, para si, desvalorização dos salários e com as metas de inflação, do que com os níveis de emprego; mais preocupado com a taxa de juros do que com o poder aquisitivo dos salários; mais preocupado com a valorização das ações, do que com a saúde e a educação de todos; mais preocupado em eliminar seu competidor, do que com a relação do seu negócio com as necessidades sociais e humanas... Não é sem razão que Marx já anunciava no seu tempo que tudo que na sociedade do capital começa com concorrência termina em monopólio.

38. Por que destacar aqui o acriticamente? Porque não podemos menosprezar o fato de que, na sociedade burguesa, uma prática social manipuladora e instrumental que favorece o crescente controle da natureza espalha-se para todas as instâncias da vida social. Desse modo, independentemente da consciência e da direção social que escolhemos, com mais ou menos intensidade, vamos reproduzir mecanismos de exploração, dominação e de controle. Neste contexto, por exemplo, dentre os objetivos do assistente social que escolhe o projeto profissional está o redirecionamento das políticas em favor dos interesses das massas trabalhadoras e não a “garantia de direitos”. Antes de tudo, não são os assistentes sociais que garantem direitos. Por outro lado, se os direitos podem ser garantidos legalmente pela própria sociedade burguesa, eles não estão, como o sabemos, nem poderão ser garantidos de fato, o que entraria em contradição com a lógica do capital.

39. Realizados de forma mecânica e não utilizados para potencializar o conhecimento da realidade, a operação de plataformas de dados e preenchimento de cadastros resultam na potencialização da vigilância sobre os trabalhadores, sobre as políticas sociais, os projetos e programas sociais, sobre o controle do território, vigilância necessária aos governos nas suas diferentes instâncias, tanto para

horizonte a democracia burguesa;<sup>40,41</sup> ao operarmos a política social burocraticamente e/ou como ajuda;<sup>42</sup> ao nos limitarmos a utilizar o espaço do Serviço Social para um “bom atendimento ao meu usuário” etc. Ou seja, se não podemos sozinhos ou como categoria mudar o mundo, sozinhos e como categoria temos um “poder”, como representantes do capital e dos interesses dominantes, de causar sérios estragos no processo de

---

o controle das massas quanto para a divulgação de dados “positivos”/ quantitativos dos governos de plantão.

40. Não ter como horizonte a democracia burguesa, não significa ser contra a democratização da sociedade o que impõe a garantia de debate, de respeito à pluralidade de opiniões, escolhas. Ver as ricas, polêmicas e perturbadoras reflexões de Lessa (2011) e Rodrigues (2012).

41. Não é sem razão que na sociedade capitalista, mesmo consideradas como direito, algumas necessidades essenciais são travestidas em auxílio, ajuda, benefício, favor, zelo para “proteger os interesses de quem está sob sua guarda ou proteção” etc. De forma não intencional, podemos estar contribuindo para esse estado de coisas. Vejamos como um assistente social explica para um grande grupo de trabalhadores/usuários o que são as “condicionalidades” do programa Bolsa Família, sem abordar seu significado, o que resulta na naturalização da pobreza, para os próprios assistentes sociais, mas essencialmente para os trabalhadores/usuários. Ou seja, as condicionalidades, no mínimo, resultam na fiscalização de comportamentos; em julgamentos morais; resume a função do assistente social àquele que fiscaliza; responsabiliza o usuário pela garantia das condicionalidades (“se não tem atendimento de saúde, reclame”, afirma um assistente social), quando não culpabiliza/responsabiliza aquele que tem direito a acessar as políticas sociais. Diz o profissional referindo-se às condicionalidades do Programa Bolsa Família (2014): “Esse é um compromisso que o governo tem que ter com vocês. Se vocês têm que levar os filhos para serem atendidos no posto, para a atualização da vacinação, então, em contrapartida, nós temos que ceder este serviço para você. Se não está sendo oferecido, vocês têm que procurar o Posto de Saúde e reclamar. Vocês estão fazendo o papel de ir lá. Então, para as mães que têm crianças até sete anos é muito importante que vocês levem essas crianças para atualização da carteira de vacinação. Nós queremos ressaltar que vocês despertem essa importância de prevenção na criança e não que vai bloquear o bolsa família, entendeu?”.

42. Não podemos deixar de sinalizar que, frente aos interesses do capital, filantropia/benemerência são noções que *apoiadas na colaboração de classes*, o que resulta no obscurecimento de interesses irreconciliáveis de classes antagônicas, necessitam ser permanentemente ressignificadas. A noção de caridade/ajuda, historicamente, tão cara aos assistentes sociais, na vigência do neoliberalismo e da pós-modernidade, podemos identificá-las expressas na noção de “cuidado”, “responsabilidade social”, *acolhimento, benefício*. Não sem razão, o primeiro significado de benefício é “ato ou efeito de fazer o bem, de prestar um serviço a outrem; auxílio, favor” (Houaiss) e, no senso comum, quando não entre profissionais de nível superior, o acesso aos direitos sociais, mesmo garantidos em lei, são reconhecidos como ajuda, favor, auxílio, benemerência, ou seja, ato, qualidade ou virtude daquele que é merecedor de honras e louvores por serviços relevantes prestados, seja o indivíduo burguês, seja o Estado burguês.

formação,<sup>43</sup> mobilização e organização<sup>44</sup> das massas trabalhadoras na busca por emancipação humana.

2) O que está em jogo na sociedade capitalista, do ponto de vista dos trabalhadores, é um projeto de sociedade que tenha como finalidade a emancipação humana. Diante disso, fica clara a relevância do projeto do Serviço Social brasileiro, para os assistentes sociais que almejam práticas sintonizadas com as necessidades e interesses históricos dos trabalhadores. Com base em uma perspectiva de totalidade e análise sócio-histórica da sociedade capitalista, é esse projeto que garante aos assistentes sociais e os referencia, ético, política e teoricamente, quanto à possibilidade de, na contradição da própria sociedade do capital,<sup>45</sup> mesmo sendo chamados a atuar junto às massas trabalhadoras do ponto de vista dos interesses da burguesia, favorecer mais o trabalho do que o capital (ver Yamamoto. In: Yamamoto e Carvalho, 1982, p. 70-75). Mas, se esse projeto identifica e define a direção social que favorece os trabalhadores, quando nomeia os princípios fundamentais no Código de Ética do assistente social e indica a teoria necessária que referencia uma prática na direção desses princípios, ele não garante práticas mediadas por ele. O fato é que o projeto do Serviço Social, para se transformar em

---

43. Não nos esqueçamos que Victor Hugo, nas circunstâncias em que um policial, frente os interesses dominantes, manda o outro policial perseguir os estudantes em vez de se preocupar com os ladrões, já alertava em *Os Miseráveis*: “por vezes, pensar é muito mais grave do que roubar”.

44. Não podemos negar que o movimento de auto-organização dos trabalhadores, em tempos de hegemonia avassaladora da burguesia, vem se constituindo de forma difusa, diante do que, torna-se necessário identificar, dar visibilidade e favorecer sujeitos coletivos que a organizam. Neste contexto, cabe aos assistentes sociais que optam pelo projeto profissional, tanto fortalecer o processo de auto-organização dos trabalhadores, quanto dar sua contribuição nas formas mais elementares e espontâneas de protagonismo dos trabalhadores na luta de classes, buscando favorecer sua constituição em lutas anticapitalistas.

45. Independentemente da percepção dos indivíduos sociais, a sociedade capitalista, assentada na propriedade privada dos meios essenciais de produção, na concentração da riqueza socialmente produzida e na exploração do trabalho, se processa na conjunção de interesses contraditórios: os interesses da burguesia que representa o capital e os interesses dos trabalhadores — não proprietários — que se consubstancia no exercício da liberdade e as demandas a ela inerentes: autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; nessa medida, os únicos interesses que podem representar os interesses de todos, como afirmado por Marx.

realidade, exige simultânea e dialeticamente, ao ser tomado conscientemente como referência, de partida, uma preparação teórico-metodológica e técnico-operativa, tendo como base a crítica da economia política concomitante à *análise concreta de situações concretas*; ou seja, individual e coletivamente, na correlação necessária entre academia/intelectualidade e meio profissional, operar, sistemática e analiticamente, desde levantamentos e estudos mais simples no âmbito do próprio cotidiano profissional, até a pesquisa mais complexa a partir da investigação sistemática. É tomando o cotidiano<sup>46</sup> profissional/exercício profissional como objeto de investigação e crítica sistemática,<sup>47</sup> como parte e expressão do contexto particular e geral, que vai possibilitando os assistentes sociais, individual e coletivamente, superar práticas conservadoras,<sup>48</sup>

---

46. Para Heller (1972), a cotidianidade é o espaço incompressível de reprodução da sociedade na reprodução dos indivíduos. Mesmo considerando que é o espaço, entre todas as instâncias da vida social, que está mais suscetível à alienação, a autora afirma que a vida cotidiana não é necessariamente alienada. Assim, diante da impossibilidade real e social de suprimir o cotidiano, trata-se de criar as condições necessárias à superação da alienação no cotidiano da práxis. Ver Netto, 1987.

47. Como afirma Coutinho (2006, p. 120), “ser marxista não é repetir o que Marx disse. [...] Ser marxista é ser fiel ao método de Marx, ou seja, à capacidade que tal método revelou de entender a dinâmica contraditória do real e as linhas de tendência da sociedade moderna”. E frente ao frenético movimento do real, há uma exigência de se renovar e revisar sempre, renovação que depende de conhecimento sobre a realidade. É esse movimento que pode permitir aos assistentes sociais apreender o espaço de trabalho nas suas contradições — nas suas condições, requisições e demandas —, na história, o local, como parte e expressão do geral.

48. As práticas conservadoras, independentemente da consciência dos sujeitos profissionais, tendo como parâmetro a adaptação, o ajustamento, a restauração, a (re)integração, resultam na conservação do que está dado, do que é dominante na sociedade do capital, sustentadas que estão em um pensamento que naturalizando a vida social trata tudo o que se refere ao social, ao que é humano, a partir de valores, da tradição, da moralização dominantes. Mas o pensamento e a prática conservadores não estão parametrados somente pela conservação. Considerando a dinâmica da ordem social vigente permeável a mudanças, pensamento/prática conservadores se voltam para intervenções corretivas/reformas, em busca da conservação da ordem social considerada como eterna, natural. Parafraseando Marx, quando afirma que a ideologia dominante é a ideologia da classe dominante, o que está dado como dominante na sociedade do capital reflete os interesses e necessidades da classe dominante. Afinal, a questão social nas suas diferentes expressões, ou seja, as consequências da exploração do trabalho, da concentração de riqueza e da propriedade privada, é considerada na sociedade do capital como consequência dos atos daqueles seres — homens, mulheres, que na “perfeita” sociedade capitalista, revelando sua autodisfuncionalidade, foram incapazes de se adequarem às leis e às regras vigentes, e se desviaram do natural caminho que está dado a todos

apreender possibilidades<sup>49</sup> presentes na realidade — possibilidades diferentes em momentos e em lugares diferentes —; definir estratégias e ações necessárias; optar por alianças frente à identificação da correlação de forças presente no movimento institucional e social; e, nesse processo, dar sua pequena contribuição — individual e coletiva — à luta social fazendo a balança pender mais para o lado do trabalho do que para o capital. Como afirma Netto (2004), “os espaços institucionais seccionados de uma nova dinâmica político-organizativa que os transcenda, terão sua funcionalidade minimizada. A tarefa hercúlea a ser assumida consiste, portanto, em combinar a resistência nesses espaços com um pesado investimento na organização política das populações” (p. 20).

Estabelecer as mediações necessárias entre teoria-prática, o que se constitui em práticas mediadas pelo projeto profissional, é um processo longo e complexo que está assentado tanto na apropriação da produção de conhecimento disponibilizada, como numa produção de conhecimento que acompanhe e apreenda o movimento histórico da realidade. Mas, meus estudos têm revelado que parte expressiva da produção da área de Serviço Social, nem sempre partindo das referências ético-políticas e teórico-metodológicas constantes do projeto profissional com segurança, vem reproduzindo e/ou se apropriando — o que, diga-se de passagem, tem sido feito à exaustão — do acúmulo teórico e ético-político gestado por um pequeno e expressivo segmento de intelectuais/ assistentes sociais,

---

“livremente” percorrer, o que traz como consequência a anarquia, a desorganização, o sofrimento físico e psíquico, a desestruturação familiar... Consequências que se materializam em requisições institucionais para os assistentes sociais, no cotidiano profissional.

49. Com base em Aristóteles, Tonet (2012, p. 36) afirma que “o possível é um conjunto de determinações do objeto que *podem ou não vir a se realizar*. Em princípio, todas são possíveis. Contudo, nem todas se realizarão. Esta realização depende de muitas coisas. O rumo, porém, que ela tomará — o que é da maior importância — depende do fim que se quer atingir. O que significa que é incorreto definir o que é possível pela sua viabilidade imediata. [Importante] verificar em que medida aquilo que está sendo realizado se conecta, através de quais mediações, com qual fim. Não se trata, portanto, de menosprezar a viabilidade, mas de compreender que, sendo esta sempre importante, sua definição, em termos de amplitude, profundidade e prazos, sempre estará — explícita ou implicitamente — vinculada ao fim almejado. Portanto, a primeira e principal questão é: qual a natureza do fim pretendido?”.

durante os últimos 35 anos; segmento que, mostrando presença na luta política da categoria e dando a direção do debate na área com uma produção que responde pela necessidade de abordagem de temáticas essenciais ao Serviço Social numa perspectiva crítica abandonada pelas ciências humanas e sociais, materializa o projeto profissional na política e na produção de conhecimento. Desse modo, excetuando a que dá a direção do debate, grande parte da produção na área de Serviço Social, partindo, frequentemente, de objetos fragmentados e fragmentadores, não avança de uma perspectiva analítica — seja análise da realidade, seja a crítica do Serviço Social no contexto da sociedade do capital —, para a unidade ontológica teoria-realidade necessária ao acompanhamento do desenvolvimento do Serviço Social como profissão e à transformação do projeto profissional em realidade.

Ora, o fato de parte expressiva da produção de conhecimento na área de Serviço Social, na atualidade, permanecer na indicação das possibilidades de prática num dever ser abstrato, sem conexão e mediações necessárias com o movimento social/institucional e o cotidiano profissional, principalmente numa perspectiva histórica e de totalidade, tem trazido consequências deletérias aos assistentes sociais pressionados pelo complexo cotidiano profissional, parte e expressão da realidade social. Assim, não é sem razão que, parte dos assistentes sociais, expressando sofrimento e stress, vem rejeitando o projeto profissional como referência, por considerá-lo utópico e por não conseguir identificar possibilidades e alternativas para transformá-lo em realidade.

Sem condições de estabelecer as mediações necessárias entre teoria/realidade e apreender as consequências das atividades profissionais; sem contar, assim, com um conjunto de conhecimentos que os referencie nesse difícil processo que requer investigação sistemática tendo em vista apreender possibilidades que ele, na contradição, pode revelar, e/ou considerando o projeto profissional como modelo ou como uma coisa a ser utilizada e não como uma processualidade, os assistentes sociais, diante das possibilidades afirmadas teoricamente na produção de conhecimento da área, vêm manifestando stress, sofrimento, desestímulo, quando não, culpa, por

não conseguirem pensar e realizar uma atividade profissional que, para além das respostas necessárias às requisições institucionais, resulte em ganhos para os trabalhadores/usuários, para além do apoio, alívio de tensão e/ou acesso precarizado aos serviços socioassistenciais.

Desse modo, consideram que o projeto profissional mais constrange do que ilumina os assistentes sociais no cotidiano profissional, por se sentirem incapazes de exercer/praticar aquilo que consideram *não terem* “aprendido” na formação acadêmico-profissional, mesmo aquela formação referenciada pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS;<sup>50</sup> por entenderem não contar com a presença poderosa dos seus órgãos de representação no cotidiano profissional, pelo menos na mesma intensidade como observam essa presença na academia e no movimento político da categoria, quando representando os profissionais, quando não, representando os próprios usuários em diferentes organismos de representação coletiva. Sem contar os assistentes sociais que, capturados pelas facilidades colocadas por projetos obscuros quanto às suas finalidades — não sem razão

---

50. A possibilidade de transitar do complexo teórico-metodológico para a realidade e vice-versa está caucionada pela qualidade da formação do sujeito profissional, processo em que a graduação é o espaço e o tempo em que o futuro profissional pode iniciar o exercício da relação teoria-realidade/teoria-prática [ainda que o assistente social possa recuperá-la no tempo da formação continuada, no caso, com muito mais dificuldades]. Possibilidade que, ainda que tenha sido destacada pelo projeto profissional como uma necessidade, tendo em vista sua transformação em realidade, não está sendo garantida em nenhum dos níveis da formação — graduada, pós-graduada e permanente —, porque não foi e não está sendo enfrentada como tarefa coletiva na academia e na produção de conhecimento. Essa tarefa tem sido imputada aos assistentes sociais e futuros assistentes sociais que enquanto alunos, tanto nas disciplinas teóricas quanto nos diferentes níveis do Estágio Supervisionado, não contam com a oportunidade de exercitar a relação teoria-prática que se consubstancia na experiência de uma atividade profissional criativa, reflexiva, crítica, consciente. Uma atividade que se não exercitada, não se realizará por mágica ou milagre, mas através da vivência e análise teórico-crítica de situações concretas. Este é um processo que exige análise concreta de situações concretas, no limite, porque mesmo uma prática planejada, a partir de sujeitos ricos subjetivamente — tanto no que se refere aos princípios éticos quanto às referências teórico-metodológicas e a experiência política que envolve a ética — só pode ser apreendida nas suas consequências, *post festum*, ou seja, depois de realizada. Desse modo, só uma análise *post festum* pode revelar os caminhos que o exercício profissional vem criando e trilhando e as possibilidades que ele contém, na direção do projeto profissional, processo que, tendo em vista as indicações da ABEPSS, necessita ter início na graduação. Vide item 1.7 e parte 3 deste livro.

conservadoras<sup>51</sup> —, assumem direções sociais contraditórias e contrárias ao projeto profissional, o que vem resultando tanto em segmentos que afirmam, mesmo na contradição, tomar o projeto como referência, quanto em segmentos que se colocam em confronto direto com ele. Para complicar ainda mais, certa vertente da produção de conhecimento na área de Serviço Social tem influenciado os assistentes sociais a colocarem como limite da atuação profissional “o reconhecimento do direito”/o acesso ao direito etc., quando não o empoderamento dos usuários e/ou sua transformação em empreendedores —, a partir do desenvolvimento da *verve empreendedorista do brasileiro pobre* —, o que tem se convertido em mais um dos mecanismos de individualização, responsabilização e culpabilização dos trabalhadores/usuários pela compulsória vivência no cotidiano da vida de todas as expressões da questão social.<sup>52</sup>

---

51. Travestindo-se de nova roupagem, o neoconservadorismo assenta-se no controle das tensões sociais, na militarização da vida cotidiana, na criminalização da pobreza, em busca de reprimir e manter os trabalhadores sob controle. Capturando corações e mentes em “busca da paz” e em nome da “democracia”, joga trabalhadores contra trabalhadores a partir de mitos, atitudes autoritárias, discriminatórias e irracionais, “comportamentos e ideias valorizadoras da hierarquia, das normas institucionalizadas, da moral tradicional, da ordem e da autoridade” (Barroco, 2011, p. 210). Como afirma a autora, o conservadorismo define-se pela defesa da tradição, da autoridade tendo como base a hierarquia e a ordem, o que pode facilitar a reatualização de projetos conservadores no Serviço Social, o que é potencializado pela precarização das condições de trabalho e da formação profissional, o que facilita “a busca por respostas pragmáticas e irracionais, a incorporação de técnicas aparentemente úteis em um contexto fragmentário e imediatista” (idem, p. 212). Assim, a busca histórica de práticas mediadas pelo projeto profissional vem desafiando os assistentes sociais no “enfrentamento das novas formas ético-políticas e manifestações teórico-práticas” do conservadorismo (idem, p. 210).

52. Como veremos ao longo deste livro, questão social não tem nada a ver com “problema social”. Não por acaso, cada vez mais, tanto na mídia como em certa produção e conhecimento, questão social vem sendo identificada e divulgada como “problema social”/“questões sociais” que traz transtorno à sociedade vigente e que “exige grande esforço e determinação para ser solucionado”, solução que significa “pôr o trabalhador (o que destoa, o que aborrece, o que não dá conta de si mesmo, o que ocupa o leito por não ter para onde ir etc.) no seu lugar”, como afirma-se no senso comum. Situando o trabalhador no lugar da exploração, da opressão, da discriminação, do consenso, da cooptação e, cada vez mais, da criminalização, ignora-se, como apreendido por Marx, que o capitalismo “é a produção e a reprodução contínua e ampliada da questão social”. Questão social que se configura como “o conjunto de problemas econômicos, sociais, políticos, culturais e ideológicos que cerca a emergência da classe operária como sujeito sócio-político no marco da sociedade burguesa” (Netto, 1989, p. 90).

Neste momento, tendo em vista deixar ainda mais claro o porquê da crítica à *culpabilização dos usuários*, dada e tida como natural, cabe destacar que, se todo indivíduo é parte e expressão do ser social, como afirma Netto e Braz, “nenhum homem, tomado singularmente, expressa o conjunto de possibilidades do ser social” (2006, p. 45). Diante disso, na busca de enriquecimento da sua subjetividade, “quanto mais os homens, em sua singularidade, incorporam as objetivações do ser social, mais se humanizam, mais desenvolvem em si o peso da sociabilidade em detrimento das ‘barreiras naturais’” (idem, 46). Mas, como continua o autor,

no seu processo de amadurecimento, [é] *conforme as condições sociais que lhe são oferecidas*, [que] cada homem vai se apropriando das objetivações existentes na sua sociedade; **nessa apropriação reside o processo de construção da sua subjetividade**. A subjetividade de cada homem não se elabora nem a partir do nada, nem num quadro de isolamento: elabora-se a partir das objetivações existentes e no conjunto de interações em que o ser singular se insere. **A riqueza subjetiva de cada homem resulta da riqueza das objetivações de que ele pode se apropriar**. E é a modalidade peculiar pela qual cada homem se apropria das objetivações sociais que responde pela configuração da sua personalidade. [...] **o indivíduo social, homem ou mulher, só pode constituir-se no quadro das mais densas e intensas relações sociais**. E a marca de originalidade de cada indivíduo social (originalidade que deve nuclear a sua personalidade) não implica a existência *de desigualdades entre ele e os outros*. (Idem, p. 47; grifos do autor; negritos meus)

Mas, na sociedade burguesa, o indivíduo vale como força de trabalho e não como ser humano integral. Como pontua Tonet (2012, p. 16)

na medida em que o trabalho morto (capital) subjuga e põe a seu serviço o trabalho vivo (o trabalhador) o que está em jogo já não é o desenvolvimento pleno dos indivíduos, mas a reprodução ampliada do capital. O indivíduo só interessa enquanto força de trabalho e todas as atividades voltadas para o indivíduo não visarão, na verdade, o seu desenvolvimento omnilateral, harmonioso, integral, mas adequá-lo, da melhor forma possível, à reprodução de mercadorias.

Ora, a luta dos diferentes segmentos da classe trabalhadora por respostas às suas necessidades humanas e sociais, individuais e coletivas (respostas consubstanciadas na sociedade capitalista na conjunção contraditória entre direitos sociais garantidos pela legislação burguesa/políticas sociais do Estado capitalista e nas contradições próprias de cada uma dessas instâncias), como uma das formas de manifestação da luta de classes, entre trabalhadores/burguesia, remete os assistentes sociais, no cotidiano da prática, a operar a/na luta de classes — em diferentes arenas, ora no Estado, ora na sociedade civil<sup>53</sup> — como instrumento, ora de dominação/controle, ora de libertação, tanto no que se refere ao conjunto dos trabalhadores, como no que se refere à sua própria categoria profissional que, a partir de suas raízes e como assalariada, é parte e expressão da classe trabalhadora.

Para todos nós, assistentes sociais, que almejamos práticas articuladas aos interesses históricos da classe trabalhadora, numa sociedade tão complexa e contraditória que submete e aliena a todos nós, operar na/a luta de classes objetivando contribuir com as lutas pela emancipação humana, para além das respostas necessárias às requisições institucionais — na medida em que, mesmo questionáveis e questionadas pelos assistentes sociais no cotidiano, são elas que nos legitimam na sociedade burguesa —, torna-se necessário enfrentar nossas fragilidades éticas<sup>54</sup> e teórico-políticas, individuais e coletivas. Torna-se necessário superar o isolamento da ética do conjunto da práxis humana e nos fortalecermos

---

53. Para Gramsci (1979, p. 10), dois dos grandes “planos” superestruturais são: a sociedade civil como conjunto de organismos chamados comumente de “privados” e a sociedade política ou Estado.

54. “A ética é uma parte, um momento da práxis humana no seu conjunto... [o que exige] romper com a pretensa autonomia, sustentada pela filosofia burguesa, das diversas posições que o homem assume em relação à realidade em seus vários domínios. A filosofia burguesa isola a ética do conjunto da práxis humana, o que provoca, por exemplo, uma falsa oposição entre moralidade e legalidade; isola a ética do conhecimento humano, abrindo via ao pântano do irracionalismo (ética existencialista); isola-a da história, como, por exemplo, na atemporalidade da moral kantiana, ou, se reconhecere suas vinculações, insere-a num niilismo relativista, limitando a ética à interioridade da decisão individual abstrata e criando um aparente dilema entre a ética interior e exterior (do sentimento e da obediência). [...] “Em cada um desses contrastes se reflete, diferentemente, a influência da divisão capitalista do trabalho sobre o ser e consciência do homem” (Lukács, 2007, p. 73).

teórica e politicamente, para, estruturar, solidificar e estabilizar nossa (relativa) autonomia como profissionais de nível superior, aproveitar e desenvolver nossas potencialidades, aprender as possibilidades presentes na contraditória realidade do capital, no desenvolvimento de estratégias e ações educativas que possam contribuir para preparar a necessária ruptura<sup>55</sup>, enfrentando, resistindo e sublevando-se frente aos processos e mecanismos de exploração e submissão, alienantes e alienadores, próprios da sociedade burguesa.<sup>56</sup> Um processo dialético/contraditório no qual estão colocadas tanto a possibilidade de autoenriquecimento da subjetividade (nossa e de todos os envolvidos no processo), em busca de, como afirma Marx, uma subjetividade rica, como a possibilidade de retrocedermos à barbárie e/ou permanecermos à mercê dos interesses do capital. Um processo que, sem a compreensão do passado, “não se pode transformar o presente e construir o futuro” (Netto, 2014, p. 20).

É relevante salientar aqui que, na sociedade do capital, os assistentes sociais são chamados a um exercício profissional que reproduza mecanismos que aprofundem o complexo alienação/fetichismo/reificação e obscureça e/ou naturalize a exploração do trabalho e a domina-

---

55. Como mostra a história, a passagem de uma organização social e econômica para outra não se dá de forma mecânica nem acabada. É um processo dialético de avanços, recuos, negação, conservação, no avanço para níveis superiores. A passagem do capitalismo para o socialismo da mesma forma. A partir de um projeto radical e de longo alcance, o Serviço Social exige os assistentes sociais como *sujeitos* contribuindo nesse processo. É ao operarmos numa situação histórica específica, quando precisamos dar respostas às requisições institucionais e às demandas pontuais, emergentes e históricas dos usuários, que, ao mesmo tempo, imprimimos nossa marca ao contribuir na preparação de momentos de ruptura, com a possibilidade, no momento me parecendo remota, de participar de algum desses momentos. Esse movimento nos exige *encontrar e exercitar um modo de transformar o presente, caminhando para o futuro*. Mészáros (2002), em *Para além do capital*, remete-nos a uma teoria da transição. Teoricamente, lá poderemos encontrar referências tanto globais como pontuais para essa transição.

56. Iasi (2010, p. 82), dirigindo-se àqueles que lutam pela emancipação humana, afirma: “se não estão dadas as condições de uma ruptura revolucionária, nem objetiva (embora acredite que cada vez mais estas se apresentam mais desenvolvidas), nem subjetivamente, cabe a nós, naquilo que nos compete, desenvolver ações que possam preparar a necessária ruptura e, enquanto isso, resistir ao estranhamento e à exploração. Negar-se a encontrar formas que tornem as relações alienadas mais aceitáveis aos explorados e ao gênero humano subsumido ao estranhamento. Em poucas palavras, resistir ao estranhamento, enquanto preparamos a emancipação”.

ção de classe, processo que, em desenvolvido sem crítica, resistência e enfrentamentos, no limite, favorece a autodestruição e a destruição das subjetividades e da natureza.

Mas, como revela a história de lutas e enfrentamentos do operariado e demais segmentos da classe trabalhadora<sup>57</sup>, se é possível nos referirmos teoricamente a enfrentamentos, insurgências, resistências que resultaram ora em imposição de limites ao capital, ora em rupturas com a ordem estabelecida, é preciso sinalizar que na sociedade burguesa constituída, o complexo alienação/fetichismo/reificação se constitui, historicamente, em processos e mecanismos essenciais à manutenção funcional do capitalismo. Um complexo que, determinado histórico-socialmente, se espalha por todas as esferas do ser social, atingindo em cheio não só os trabalhadores, mas todos os indivíduos sociais. Se os trabalhadores são atingidos pela alienação por motivos óbvios, os exploradores, como afirma Tonet (2012, p. 78), são atingidos

porque o seu acesso à riqueza acumulada pressupõe uma relação que reduz à desumanização a maior parte da humanidade. Além disso, porque a divisão do trabalho faz com que eles mesmos sejam levados a privilegiar o lado espiritual e menosprezar a atividade que é o fundamento por excelência do ser social, que é o trabalho. Por tudo isso, a formação dos próprios exploradores não pode deixar de ser unilateralmente, e de certa forma, deformada.

É nos *Grundrisse* (2011) que Marx revela que o fetichismo é a manifestação histórico-concreta da alienação na sociedade capitalista. Logo que algo da natureza — a madeira, o ferro — assume o caráter de mercadoria, “ela se transforma numa coisa fisicamente metafísica”. Os produtos da mão humana “parecem dotados de vida própria, figuras autônomas, que mantêm relações entre si e com os homens”. Esse caráter místico da mercadoria não provém do seu valor de uso. Na produção mercantil desenvolvida, existe uma grande dependência mútua entre todos os produtores,

---

57. Ver Hobsbawm, 1995 e 2009.

“o que significa que o trabalho de cada um deles (... trabalho privado) é parte do conjunto do trabalho da sociedade (o trabalho social ou total) e só é possível no seu interior” (Netto e Braz, 2006, p. 101-102). Administrando isoladamente, privadamente, sua produção, o produtor não considera o seu caráter social. Ignora não só o trabalho dos envolvidos na produção da sua mercadoria, mas também o trabalho dos envolvidos nas muitas outras mercadorias que entraram na composição da sua. O produtor “privado” só vai se confrontar com o caráter social de seu trabalho no mercado, onde, no processo de compra e venda das mercadorias, as relações sociais entre homens na produção social aparecem como se fossem relações entre coisas, relações entre mercadorias, processo de inversão da realidade que Marx denomina fetichismo da mercadoria.

Esse caráter fetichista do mundo das mercadorias provém [...] do caráter peculiar do trabalho que produz mercadorias. [...] os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas”. (Marx, 1983, v. I, n. 1, p. 71)

Numa sociedade inteiramente mercantilizada — na vigência da propriedade privada e de uma intensa divisão do trabalho —, os produtos e as relações sociais aparecem necessariamente sob a forma de coisas — como coisas naturais. Como refere Netto (1981, p. 73-74),

A alienação, complexo simultaneamente de causalidades e resultantes histórico-sociais, desenvolve-se quando os agentes sociais particulares não conseguem discernir e reconhecer nas formas sociais o conteúdo e o efeito da sua ação e intervenção; assim, aquelas formas e, no limite, a sua própria motivação à ação aparecem-lhes como alheias e estranhas. [...] em toda sociedade, independentemente da existência de produção mercantil, onde vige a apropriação privada do excedente econômico estão dadas as *condi-*

ções para a emergência da alienação. [...] O fetichismo próprio à sociedade burguesa constituída se manifesta, é indiscutível, em e por formas de vivência e representação alienadas. (Grifo do autor)

Desse modo, o fetichismo implica a alienação, mas fetichismo e alienação não são idênticos. Ele instaura, como mostra nosso autor, com base em Marx, “uma forma nova e inédita que a alienação adquire na sociedade burguesa constituída”, no modo de produção capitalista dominante, consolidado e desenvolvido.

No capitalismo tardio, com a intensificação das relações mercantis, que implicam a esfera econômico-produtiva e a totalidade dos mecanismos de reprodução social, o fetichismo se espraia para todas as esferas da vida social, o que traz como consequência a reificação: a objetividade capitalista aparece sob forma de coisa. Como afirma Coutinho (1981), “temos assim um andamento lógico, que é também e primariamente o desdobramento histórico-ontológico: o universal abstrato da alienação, caracterizando-se na particularidade histórica do fetichismo, reaparece na universalidade concreta da reificação”, que se exprime numa relação objetual.

Na busca de solucionar a questão — a relação entre a forma de emergência e a essência do ser social —, Marx revela os “alicerces sobre os quais vê instaurar-se a socialidade: a prática sócio-humana (a práxis), conjunto de objetivações teleológicas do ser genérico consciente que se constitui pelo trabalho” (Netto, 1981, p. 77). Neste processo,

Marx localiza na *forma* mesma do produto mercantil a fonte do mistério que o torna algo de estranho e alheio (algo *alienado*) aos agentes sociais particulares. A forma *mercadoria*<sup>58</sup> não é apenas a célula *econômica* da sociedade burguesa: é também a matriz que contém e escamoteia a raiz dos

---

58. A forma mercadoria, como própria da sociedade burguesa, não tem o mesmo papel nos diferentes momentos históricos. Para Netto (1981, p. 78), “é somente quando a grande indústria (com o seu compulsório acólito, o mercado mundial) planetariza, homogeneizando-o segundo seus padrões peculiares, o universo social que a mercadoria se transforma de fato naquela forma e matriz privilegiadas.

processos alienantes que têm curso nesta sociedade. [...] os processos alienantes arrancam exclusivamente do fetichismo inerente à produção mercantil e, incorporados à forma mercadoria, se põem, repõem e reproduzem em todas as instâncias sociais — porque [a sociedade burguesa constituída] está inteiramente mercantilizada. (Idem, p. 78-80)

O trabalho na sociedade capitalista burguesa é transformado de meio de humanização em mercadoria. Uma mercadoria que só se realiza como tal quando consumida pelo capital ao se colocar à venda no mercado, como qualquer outra mercadoria. Na produção capitalista, o trabalhador se torna um servo do seu objeto, como mostra Marx: “primeiro porque ele recebe um *objeto do trabalho*, isto é, recebe *trabalho*; e, segundo, porque recebe *meios de subsistência*. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como *sujeito físico*”. No processo de objetivação, na produção do trabalhador, é que se dá “o estranhamento, a perda do objeto, do seu produto”. [...]. “O auge desta servidão é que somente como *trabalhador* ele [pode] se manter como *sujeito físico* e apenas como *sujeito físico* ele é *trabalhador*” (grifos em itálico do autor; negrito meus). Na sociedade capitalista, continuando com as palavras de Marx,

primeiro, que o trabalho é *externo* (*äusserlich*) ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando não trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, é forçado, *trabalho obrigatório*. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza (*Fremdheit*) evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexista coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste. O trabalho externo, o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de autossacrifício, de mortificação. Finalmente, a externalidade (*Äusserlichkeit*) do trabalho

aparece para o trabalhador, como se [o trabalho] não fosse seu próprio, mas de um outro, como se [o trabalho] não lhe pertencesse, como se ele no trabalho não pertencesse a si mesmo, mas a um outro. (Marx, 2008, p. 80-83; grifos do autor)

Ora, ainda que submetido a processos alienantes e alienadores tão complexos na sociedade do capital, processos que, tendo início no âmbito do trabalho, se espraiam para todas as instâncias da vida social, na medida em que o ser social é resultado da atividade humana; que o homem é um ser que dá respostas; que a possibilidade de escolha, por mínima que seja, é uma característica do ser social (Lukács), está colocada, a todos os indivíduos sociais, frente à contradição própria desta sociedade entre capital/trabalho, a possibilidade de *escolhas*. Mas, uma escolha consciente e radicalmente crítica não está assentada na adesão formal a conceitos, na petição de princípios éticos, nem em desejos e boas intenções, sejam direcionados à ajuda, sejam direcionados à transformação/emancipação. O ato de escolher na sociedade capitalista o lado do trabalho/trabalhadores em detrimento dos interesses do capital é uma opção ético-política assentada numa análise crítica da sociedade do capital, opção que só tem possibilidade de se objetivar — tornar-se realidade material —, a partir de uma práxis criativa, consciente, radicalmente crítica, reflexiva e coletiva — ou seja, uma práxis planejada e avaliada nas suas consequências —, tendo como parâmetro e finalidade os interesses históricos dos diferentes segmentos da classe trabalhadora. No caminho para a emancipação humana, esses são nexos causais necessários tanto aos operários como classe para si (a única classe que ao se libertar, liberta todos os indivíduos), quanto aos demais trabalhadores assalariados, necessariamente articulados a eles; os assistentes sociais, como parte e expressão dos trabalhadores assalariados.

Nesse sentido, para os assistentes sociais que escolhem o projeto do Serviço Social como referência, no enfrentamento e resistência aos processos de alienação/controlado/dominação/exploração, trata-se de, a partir de uma atividade consciente, sistemática, planejada, fundada na análise crítico-dialética do cotidiano e da cotidianidade, articular, no

cotidiano profissional, valores emancipatórios e respostas<sup>59</sup> imediatas e mediatas às diferentes expressões da questão social que contribuam para atacar, impor limites, revelar, propagar, desnudar, divulgar, reverter a barbárie que consterna e arruína cotidianamente as massas trabalhadoras. Barbárie que se consubstancia articulando de forma indissociável a direta ou indireta exploração do trabalho (expressa na extração da mais-valia), a propriedade privada dos meios essenciais de produção (expressa na desigualdade de propriedade e riqueza) e a concentração da riqueza socialmente produzida (expressa na desigualdade de renda advinda da exploração do trabalho e do capital que rende juros).<sup>60</sup>

A direção ético-política constante dos onze princípios do Código de Ética do assistente social, os quais só podem ser tomados e compreendidos de forma indissociável nas suas relações e conexões necessárias, e as referências teórico-metodológicas com base na teoria social de Marx e no marxismo, necessárias a uma análise social fundada na crítica da economia política, ao planejamento e à realização de práticas que almejam dar contribuição em processos emancipatórios e emancipadores,<sup>61</sup> é que podem delinear e iluminar os caminhos necessários e revelar, a partir da abstração do processo real, as possibilidades de uma prática profissional crítica, criativa, reflexiva e propositiva, contidas na realidade.

É naqueles princípios, tomados na sua indissociabilidade, que está a possibilidade de resgatarmos, no Serviço Social, a direção social que

---

59. Como podemos apreender em Lukács (2010, 2012) se a pergunta e a resposta podem ser apreendidas como produto imediato da consciência que dirige a atividade, o ato de responder — o trabalho como modelo da práxis — é o elemento ontologicamente primário desse complexo.

60. Como mostra Harvey (2014), “a disparidade entre a remuneração média dos trabalhadores e dos executivos-chefes era cerca de trinta para um em 1970. Hoje está bem acima de trezentos para um e, no caso do Mac’Donalds, cerca de 1.200 para um”. No Brasil, por volta de 30 mil indivíduos vivem somente de juros da dívida pública.

61. Na sociedade capitalista, é em Marx e no marxismo que encontramos referências histórico-sociais numa direção social que se põe em franco antagonismo com o pensamento burguês, porque capaz de iluminar uma vontade política fundada na apreensão teórico-crítica do mundo burguês, o que revela possibilidades de superação do capitalismo. Não sem razão, Marx e o marxismo necessitam, na ordem social capitalista, como vimos, serem desqualificados, desacreditados, quando não considerados mortos.

tem como horizonte a revolução,<sup>62</sup> o socialismo/comunismo, a superação de toda as formas de exploração e dominação do homem pelo homem, a “construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero”, ou seja, “a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais”, muito além de reformas e contrarreformas do Estado; muito além da democracia/cidadania burguesas que, com seus direitos formais e suas “melhorias” pontuais em resposta às pressões das massas, permanecerão sempre no campo da emancipação política; muito à frente de uma cidadania para os ricos e uma “cidadania” desqualificada para os pobres, estruturada no reequilíbrio da distribuição de bens e privilégios; muito além das lutas que envolvem as desigualdades e a dominação de gênero, geração e etnia que, se em si mesmas não emancipam,<sup>63</sup> na medida em que a emancipação está caucionada pela

---

62. “A coincidência da transformação das circunstâncias com a da atividade humana, ou mudança dos próprios homens, só pode ser concebida e entendida racionalmente como prática revolucionária” (Marx, nas teses de Feuerbach). Nesse sentido, estamos nos referindo a “uma práxis social criadora enquanto atividade material dos homens que transformam radicalmente a sociedade e produzem um regime social novo”. É diante disso que Lukács pode se referir a revoluções como “momentos decisivos da continuidade histórica” (Lukács, 2007, p. 64). Ver, ainda, Fernandes (1981), em “O que é Revolução”.

63. Para Mészáros (2002), “o sistema do capital se constitui sobre os alicerces de estruturas discriminatórias alienantes e mediações de segunda ordem da ‘economia individual há muito estabelecidas e, naturalmente, forçosamente as adaptou a seus próprios objetivos e a suas exigências de reprodução... A transformação radical necessária para o bom funcionamento de um processo socio-metabólico baseado numa verdadeira igualdade envolve a superação da força negativa das estruturas hierárquicas discriminatórias e das correspondentes relações interpessoais da ‘economia individual’ iniciada há milhares de anos” (p. 303). “Ora, como mostra o autor, o inexorável impulso expansionista do sistema capitalista traz para a força de trabalho um número cada vez maior de mulheres, o que não pode se completar sem que se levante a questão da igualdade das mulheres, no sentido de eliminar no processo alguns tabus e barreiras existentes, o que vem resultando que: as mulheres têm de aceitar uma parcela desproporcional de ocupações inseguras e mais mal pagas no mercado de trabalho; as mulheres estão na péssima situação de representar por volta de 75% dos pobres do mundo, o que significa, numa estimativa para 2004, de acordo com a ONU, a relação de 3 por 1 dos homens que estão entre os pobres do mundo; e, principalmente, que as potencialidades positivas para a emancipação das mulheres vêm sendo historicamente eliminadas sob o peso das contradições do sistema. Como assevera o autor, “tudo isso sublinha claramente o que não deveria, mas precisa ser enfatizado, devido aos artifícios da ideologia dominante e às amplamente difundidas mistificações de ‘oportunidades iguais’, ou seja, sem *mudanças fundamentais* no modo de reprodução social, não se poderão dar sequer os primeiros passos em direção à verdadeira emancipação das

eliminação da exploração e da dominação de classe, elas podem se constituir em momentos importantes de resistência e de contribuição na construção dos caminhos rumo à emancipação.

A “cidadania”, pobre, restrita, tendo como limite o “acesso aos direitos” — para as maiorias, um acesso garantido legalmente, mas não de fato, quando muito incompleto, como é da natureza da sociedade do capital —, assim como constrange e dificulta a luta pela ampliação e pela radicalização dos direitos garantidos legalmente, na trajetória de construção de processos de ruptura, jamais (porque não pode, com pena de subverter a própria ordem capitalista) vai transformar em realidade a “universalização” dos direitos, como assegurado, ainda hoje, na legislação/Constituição Federal de 1988, para o direito à saúde. Na realidade, na sociedade do capital, a medida do direito não é a medida do acesso; a medida da propriedade é que é a medida do acesso.

Ora, o ato que funda a sociabilidade capitalista e faz parte da sua essência é o trabalho abstrato — trabalho considerado como simples gasto de energias humanas, físicas e intelectuais —, cuja origem está na compra e venda da força de trabalho pelo capital, o que tem como consequência inevitável a produção da desigualdade social, visto que, assumindo as mais variadas formas, implica sempre a dominação do capital sobre o trabalho e a apropriação privada crescente da riqueza socialmente produzida. A realização do contrato de compra e venda da força de trabalho no mercado supõe a existência de certa relação entre os indivíduos que para o realizarem necessitam ser “livres (e racionais), iguais e proprietários”. Uma relação entre os indivíduos que será “a base para o desenvolvimento

---

mulheres, muito além da retórica da ideologia dominante e de gestos de legislação que permanecem sem a sustentação de processos e remédios materiais adequados. Sem o estabelecimento e a consolidação de um modo de reprodução sociometabólica baseado na *verdadeira igualdade*, até os esforços legais mais sinceros voltados para a ‘emancipação das mulheres’ ficam desprovidos das mais elementares garantias materiais; portanto, na melhor das hipóteses, não passam de simples declaração de fé. Jamais se enfatizará o bastante que somente uma forma comunitária de produção e troca social pode arrancar as mulheres de sua posição subordinada e proporcionar a base material da verdadeira igualdade” (2002, p. 303). Por extensão, o mesmo pode ser afirmado com relação à luta dos negros, dos homossexuais, dos direitos humanos, dos direitos de idosos, crianças, adolescentes etc.

de todos os outros direitos — civis, políticos, sociais — que compõem a cidadania, mesmo que se saiba que eles foram resultado de duras lutas e não meras concessões da classe burguesa” (Tonet, 2012, p. 49).

Assim sendo, o modo de produção capitalista implica, por sua natureza, “uma articulação incindível entre desigualdade real e igualdade formal” (Tonet, 2012, p. 49) e, por mais aperfeiçoada que seja a democracia e a cidadania, elas jamais poderão eliminar as desigualdades sociais porque não podem assegurar que os indivíduos sejam efetiva e plenamente livres; porque a produção da desigualdade social não é defeito, mas parte constituinte da sociedade burguesa, estruturada que está na exploração do trabalho. Assim, na democracia/cidadania, não se questiona e não se pode abrir mão do que é da natureza da organização socioeconômica capitalista a que se articulam: a exploração do trabalho efetivada através da compra e venda da força de trabalho; a propriedade privada e a concentração progressiva da riqueza socialmente produzida, assentadas na igualdade política — formal — e na desigualdade econômica — real.

É diante dessa realidade de fato que democracia e cidadania — mesmo tendo reconhecidos seus méritos no processo de humanização no qual a condição de cidadão se põe como muito superior à do servo e do escravo —, na busca de uma sociedade emancipada, não podem ser colocadas como finalidade, como limite, na medida em que, restritas à emancipação política, não garantem o homem em sua plenitude. Assim sendo, do mesmo modo, não há como serem colocadas como finalidade e limite do projeto do Serviço Social brasileiro, visto que o “cidadão é, por sua natureza sempre homem parcial [...] por mais plena que seja a cidadania, ela jamais pode desbordar o perímetro da sociabilidade regida pelo capital [...] o indivíduo pode, perfeitamente, ser cidadão sem deixar de ser trabalhador assalariado, ou seja, sem deixar de ser explorado” (Tonet, 2012, p. 67). A sociabilidade capitalista exige homens livres, iguais e proprietários — tanto para contratar como para vender força de trabalho, onde temos que “a desigualdade de raiz (economia) se inverte em uma forma de igualdade, de liberdade e de propriedade. Há portanto uma articulação

férrea obviamente não isenta de tensões, entre a matriz econômica (o capital) e a forma jurídico-política (emancipação política; democracia; e cidadania)” (idem).

Isso não significa desmerecer nem renunciar à luta por direitos. Significa deixar claro que, pautada pela necessária superação da ordem social capitalista, ela põe os assistentes sociais no complexo e conflituoso campo das requisições institucionais/demandas dos usuários, onde o fundamental — tanto para os trabalhadores como para o capital — é o aspecto (des)educativo<sup>64</sup> mediando sua processualidade, o que tem como consequência perdas e/ou ganhos para os trabalhadores/usuários no seu processo de autoconstrução e nas suas lutas. Com toda razão, Tonet (2012, p. 50) afirma que a constatação das limitações da cidadania não significa desqualificá-la,

significa apenas que não se deve confundir emancipação política com emancipação humana; que não se deve ter a ilusão de que a cidadania é um espaço indefinidamente aperfeiçoável; de que ela é simplesmente sinônimo de liberdade; de que a luta pela cidadania é o caminho para a construção de uma sociedade autenticamente igualitária, livre e humana. **Significa ter claro que essas lutas podem no máximo, ser uma mediação para a emancipação humana, mas nunca tomar o seu lugar.** (Grifos em negrito meus)

Assim, tendo em vista que o acesso aos direitos de cidadania não se colocam como caminho, mas no máximo como estruturação de condições de vida e de trabalho que favoreçam as lutas sociais<sup>65</sup> e tendo em vista as escolhas profissionais que fazemos na sociedade do capital, vale sempre

---

64. Na sociedade do capital, para além de procedimentos técnico-burocráticos específicos de cada profissão, todo profissional, a depender da direção social da sua atividade profissional, consciente ou inconscientemente, participa do processo de formação dos indivíduos com os quais trabalha — individual e coletivamente —, possibilitando ou interditando a apropriação dos conhecimentos, habilidades e valores necessários para se tornarem membros do gênero humano.

65. Como afirma Fernandes (1981, p. 12), “uma sociedade capitalista semidemocrática é melhor que uma sociedade capitalista sem democracia alguma. Nesta, nem os sindicatos, nem o movimento operário podem manifestar-se com alguma liberdade e crescer naturalmente”, sempre alerta para

a pena, para além da sua defesa política, nos colocarmos criticamente frente os onze princípios do Código de Ética do assistente social, listado a seguir, buscando apreender o alcance e as consequências dessas escolhas.

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes — autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças;
- VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
- VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
- IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
- X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;

---

o perigo da luta operária colocar como limite a democracia burguesa em detrimento da emancipação humana.

XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física. (CFESS. Código de Ética do Assistente Social, 1993)

Como podemos apreender de Lukács, a emancipação humana se dá na e pela práxis; tendo como modelo o trabalho, da qual é parte e expressão, a práxis é muito mais rica que o trabalho. E a práxis criativa, crítica, propositiva, que oferece condições de vivência e desenvolvimento de todo engenho e sabedoria humanos, ou seja, participação intelectual ativa é tudo o que no capitalismo, mesmo diante de possibilidades concretas de garanti-la a todos, é interdito aos indivíduos sociais.<sup>66</sup> Assim, o que está em questão diante daqueles princípios, para além do acesso necessário a direitos que garantam no cotidiano a sobrevivência das majorias e uma pobre participação política, é a *origem das diferentes expressões da questão social que atravessam o cotidiano dos diferentes segmentos da classe trabalhadora*,<sup>67</sup>

---

66. Ainda que *O capital* de Marx não seja suficiente para apreender o MPC em sua feição contemporânea, como afirma Netto (2012), “os principais resultados a que Marx chegou têm sido largamente comprovados pela prática social e histórica [...], [ainda] que sistematicamente negados pelos apologistas do capital e sistematicamente confirmados pelo curso real dos acontecimentos. Neste sentido, “O capital é absolutamente necessário à compreensão do tempo presente”, em que vive a sociedade burguesa, “uma totalidade de máxima complexidade e em movimento”. A seguir, os principais resultados a que Marx chegou, sumariados por Netto, tais como *O capital* os apresenta, em que fica explícita a impossibilidade dessa organização social garantir felicidade aos herdeiros do patrimônio da humanidade — os mais de 8 bilhões de habitantes do planeta Terra. “1. o modo de produção capitalista dispõe de extraordinário dinamismo para a produção de riquezas materiais e exerceu, historicamente, um papel civilizador; 2. à medida que se desenvolve, o modo de produção capitalista revela contradições inextirpáveis, que se manifestam nas suas crises periódicas (componente ineliminável da sua dinâmica, elas não o suprimem, mas criam condições para que a intervenção consciente dos trabalhadores possa superá-lo); 3. nessa mesma medida, o papel civilizador do modo de produção capitalista se atrofia e se converte no seu antípoda, a barbarização da vida social, consequência da lei geral de acumulação; 4. o modo de produção capitalista, a partir da sua plena maturação, engendra fortes tendências ao bloqueio da sua própria dinâmica; 5. o modo de produção capitalista não é a expressão de uma pretensa ordem natural, menos ainda o fim da história: é uma modalidade temporária, transitória e substituível de organização da produção e distribuição das riquezas sociais.” (2012a, p. 29-30)

67. A questão social expressa a exploração do trabalho, a propriedade privada e a concentração da riqueza. A sobrevivência dos trabalhadores atravessada pelas injunções que resultam da

gerando problemas que se avolumam e se intensificam nas suas relações e conexões e que se manifestam na privação da educação, da saúde, da alimentação, da moradia, do saneamento, do transporte, da segurança, da urbanização, da cultura e do lazer e na destruição vandálica da natureza. Problemas que a quase totalidade da humanidade enfrenta, mesmo diante das condições favoráveis herdadas das gerações anteriores que apropriadas de forma privada impedem a maioria dos indivíduos sociais delas usufruir, e que não se resolverão na vigência da sociedade do capital.

Diante dessas e outras questões relevantes, ao buscar aprofundar o estudo dos fundamentos do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro, o qual tomo como referência, sou movida, neste livro,<sup>68</sup> a elaborar, na primeira parte, quatro *assertivas* que se impõem como exigências e desafios aos quais precipitam os assistentes sociais a definir referências ético-políticas e teórico-metodológicas, estratégias, alianças e atividades (educativas) necessárias (no que diz respeito ao movimento de organização da categoria, à formação acadêmico-profissional e à inserção socio-institucional dos assistentes sociais, na academia e nos espaços socioassistenciais) a um planejamento global (da profissão) e específico (por área de inserção profissional, coletivo e individual), para fazer frente, resistir e enfrentar os impasses, desafios e limites presentes no cotidiano profissional, que são revelados nos achados do processo de investigação que venho desenvolvendo desde 1999, principalmente frente às alternativas não exploradas pelos assistentes sociais no cotidiano profissional (ver Vasconcelos, 2002, capítulos 2 e 4).

---

questão social também expressa e revela enfrentamento, resistência, luta, insubmissão, rebeldia, subversão, contestação.

68. Com este livro, dou início à publicação do que resulta de objetivos determinados de longo prazo. A coleta do material empírico referente ao exercício profissional, que informa minha reflexão, tem início na década de 1970, ainda que no início não registrado com a mesma sistemática e qualidade. Se por um lado, a concomitância entre docência e atividade socioassistencial me permitiu pôr as questões com as quais me deparo hoje, por outro lado, a inserção na universidade e qualificação tardias — mestrado aos 32 e doutorado aos 50 anos — retardaram a formação, ainda insuficiente, para qualificar a identificação e análise dos problemas. Este livro encontrava-se pronto para revisão desde 2012, quando, por vários motivos, não foi possível apresentá-lo em condições para publicação.

As condições da formação acadêmico-profissional (com destaque para a formação em cursos à distância) e da formação permanente e a complexidade da inserção dos assistentes sociais na luta de classes, a partir da sua inserção nos intrincados espaços sócio-ocupacionais, potencializadas pelas transformações no mundo do trabalho e pelo arrefecimento, ainda que historicamente situado, do protagonismo dos trabalhadores na luta de classes — em lutas, enfrentamentos e resistências que verdadeiramente imponham limites ao capital —, só vieram constanger as possibilidades de apreensão e realização das alternativas presentes na realidade social, pelos assistentes sociais. É nesse sentido que, com as assertivas a seguir, que mantêm relações e conexões dialéticas necessárias entre si e independem da ordem como são expostas, busco, de forma preliminar, abordar questões relativas ao projeto profissional, em especial, as referências ético-políticas constantes dos onze princípios do Código de Ética do Assistente Social; questões que envolvem e são relativas à dupla categoria *teleologia e causalidade* que, para Lukács, é a chave da compreensão da vida social.

Na realização do salto ontológico do ser natural para o ser social, o elemento mediador é o trabalho: *“síntese entre dois elementos, entre si heterogêneos, — consciência (teleologia) e natureza (causalidade) — que, neste processo, compõem uma unidade indissociável”* (Tonet, 2012, p. 19).

Ora, como afirmam Lessa e Tonet (2008), “a matéria se distingue da consciência por possuir em si própria suas causas, seus princípios de movimento, de evolução”. Por isso, Lukács, para diferenciá-la da prévia ideação — da antecipação, do projeto, da *teleologia* — denomina-a causalidade. “Há assim a esfera subjetiva, a consciência e, de outro lado, o mundo objetivo. Este último evolui movido por causas que lhe são próprias”. Essa esfera puramente causal, denominada por Lukács causalidade, possui um princípio próprio de movimento.

Sua evolução acontece na absoluta falta de consciência, ainda que a consciência, por meio da objetivação, possa interferir em sua evolução. [...] Os objetos criados pelo trabalho se originam da objetivação de prévias-ideações. Contudo, ao se objetivarem as prévias-ideações, o objeto produzido é inse-

rido na cadeia de causas que rege o setor da realidade ao qual pertence, e sua evolução passa a ser determinada também por essas causas. Do mesmo modo, sua ação sobre a evolução da realidade, seja ela social ou natural, se dará de modo puramente causal. (Lessa e Tonet, 2008, p. 30)

Como exemplo, os autores, sempre tendo como referência e recorrendo a Marx e Lukács, revelam:

o machado, ao ser transformado de ideia em matéria, foi inserido em uma cadeia de causas e efeitos (a causalidade) que passa então a influenciar a sua história mesmo que disso os homens não tenham consciência, ou a tenham apenas parcialmente. Em outras palavras, ideia e causalidade, consciência e objetos produzidos pelo trabalho são ontologicamente distintos e, por isso, os produtos resultantes do trabalho humano têm consequências inesperadas para a história. **O mesmo podemos dizer de todas as ações humanas que não são trabalho** [*O conjunto das objetivações humanas constitui a práxis. O homem não é o ser do trabalho, é o ser da práxis; e o fundamento da práxis é o trabalho. Fundamento porque as dimensões estruturais do trabalho estão presentes nas formas mais duradouras, mais perduráveis, mais ricas da práxis — a arte, a filosofia, a ciência, a economia, a política, o direito, a religião...*]. Ao transformarem as relações sociais, elas [as ações humanas] alteram o mundo dos homens, dando origem a novos processos sociais que possuem consequências futuras que, em alguma medida, são **casuais**... O fato de ideia e matéria serem ontologicamente distintas não impede as ideias de exercerem força material na transformação do mundo dos homens, **Ao se converterem em “força material” [Marx], as ideias jogam um papel objetivo na história** (ver Lessa e Tonet, 2008, p. 29-33. (Grifos em itálico do autor; em negrito meus)

A prévia ideação — a teleologia, a antecipação, o projeto — “não pode realizar-se a não ser utilizando as cadeias causais, uma vez que a causalidade necessariamente preexiste à atividade finalística”, como afirma Tertulian (2011, p. 394) ao abordar o pensamento de Lukács. Mas, enquanto a “vida da natureza” é dominada pela “causalidade espontânea, não teleológica por definição”, a vida da sociedade é “constituída através dos atos finalísticos dos indivíduos. *É nessa medida que Lukács*

*não minimiza o peso dos indivíduos e das suas relações regulares na busca de respostas às suas necessidades em meio à dependência das posições teleológicas às cadeias causais.*

O processo de socialização da sociedade, ao colocar limites às barreiras naturais sem, contudo, eliminá-las, é a atualização permanente das possibilidades de novas objetivações.

É este processo que, para Marx, configura a *essência humana* do ser social, explicitação dinâmica e movente de uma estrutura histórica de possibilidades: a objetivação, a socialidade, a universalidade, a consciência e a liberdade. Tais atributos, produzidos no desenvolvimento especificamente histórico, configuram o ser social como ser que escolhe — o homem, dirá Lukács, é um *ser que responde*. O trabalho, pondo o ato teleológico, põe a possibilidade da *liberdade*: escolha entre alternativas concretas. (Netto, 1994, p. 36; grifos do autor)

É na “tensão dialética entre teleologia e causalidade, entre representações da consciência que fixa os seus objetivos e a realidade indelimitável das cadeias causais, [que] Lukács vê o *principium movens* do ato do trabalho” (idem, *ibidem*); trabalho aqui entendido como “atividade humana autorrealizadora” (Mészáros), modelo da práxis, e não o trabalho transformado em mercadoria — alienado e alienante — no Modo de Produção Capitalista (MPC) que, na sociedade burguesa, modela uma práxis alienada e alienante.

É assumindo a dupla categoria teleologia e causalidade, aqui abordada de forma preliminar, que vamos nos embrenhar pelas determinações do protagonismo necessário aos assistentes sociais na transformação do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro em realidade, na segunda parte deste livro. Iniciamos pela abordagem dos projetos profissionais que vêm referenciando a categoria profissional, partindo das indicações de Netto em 1996 e, em seguida, desenhamos um conjunto de questões que também independem de sua ordem de apresentação frente às suas relações e conexões necessárias e que surgem a partir da

análise da minha experiência como assistente social e docente, da análise do material empírico das duas pesquisas que desenvolvo, mediadas pela bibliografia estudada e consultada.<sup>69</sup>

Por fim, se é na análise *post festum* que podemos apreender não só os rumos da profissão, mas as alternativas contidas na realidade dos espaços sócio-ocupacionais e as alternativas não exploradas pelos assistentes sociais no cotidiano profissional, apresentamos, no terceiro capítulo, um instrumento/Eixo de Análise da prática.

No mais, se está claro que o projeto profissional exige um indivíduo social radicalmente crítico, criativo e propositivo, como há muito vem sendo afirmado no conhecimento produzido na área de Serviço Social (ver Netto, Yamamoto, Mota), como indicado, há que se enfrentar as dificuldades de jovens e adultos no capitalismo desenvolverem essas qualidades e o que esse desenvolvimento exige do futuro assistente social, em termos de valores e conhecimento sobre a realidade — ou seja, teoria<sup>70</sup> —, empreendendo movimento aos conteúdos sinalizados no projeto de formação da ABEPSS, conteúdos e valores que dão autoridade — não

---

69. No Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisa em Serviço Social (NEEPSS/UERJ-FSS/CNPq/FAPERJ), desenvolvemos duas pesquisas (A prática dos profissionais de saúde no Município do Rio de Janeiro — Hospitais Universitários, e A Prática do Assistente Social. Cotidiano e práticas democráticas), dois Grupos de Estudo (Grupo de Estudos Marxismo e Serviço Social I [pós-graduação] e II [graduação] e vários estudos articulados aos dois projetos, através da elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso, Monografias de Especialização, Dissertações e Teses). É um processo cumulativo, coletivo e rico, que vem, para além da formação de assistentes sociais/pesquisadores, potencializando a análise teórico-crítica de dados empíricos e os achados da investigação, centrado na análise da produção de conhecimento da área de Serviço Social e no exercício profissional resgatado através de observação sistemática de campo e gravações de atividades realizadas pelos assistentes sociais/equipes com os usuários.

70. A competência teórica se estrutura em longo prazo. Ela exige formação permanente que traz como consequência a possibilidade de pensar, não só as estratégias, mas as formas de viabilizá-las e de controlar seus resultados e consequências. Por outro lado, a segurança dos princípios éticos e das finalidades é que pode garantir a continuidade do processo. Antes de tudo, há que se reconhecer a necessidade de enfrentar nosso modo de ser e pensar capitalistas e, conseqüentemente, sedimentar o caminho escolhido — defesa de princípios emancipatórios postos como objetivo —, para se garantir a segurança das referências teóricas necessárias, dos instrumentos, a serem identificados/criados e das formas de operá-los na direção pretendida.

confundir com poder, irradiação de “argumentos de autoridade”, nem com especialização — ao assistente social, para se colocar, crítica e propositivamente, frente às requisições institucionais e às demandas dos usuários.

Assim sendo, diante da afirmação recorrente entre os assistentes sociais: “este projeto é utópico”, aqui não se trata de uma profissão de fé no projeto do Serviço Social e, conseqüentemente e muito menos, no projeto de sociedade ao qual este projeto está articulado. Com base na realidade, ou seja, a partir da abstração da processualidade real, trata-se de uma defesa assentada na história da humanidade que mostra como homens e mulheres foram capazes de, diante de possibilidades apreendidas na realidade e de suas conseqüências dialéticas, revolucionar sua própria história no enfrentamento de diferentes tipos de adversidades. *Afinal, quantos dos frutos dessas revoluções, em tempos idos, não foram considerados utopia e quantas coisas permanecerão utópicas até serem transformadas em realidade pelos homens e mulheres?*

Nesse sentido, as palavras de Tonet (2012), ao discordar da emancipação humana como utopia, podem tanto nos iluminar quanto nos referenciar, na medida em que o projeto do Serviço Social, apreendido como anticapitalista, põe como finalidade a emancipação humana e, desse modo, o necessário direcionamento da atividade profissional em contribuição ao processo de materialização dessa possibilidade. Assumindo a emancipação humana como possibilidade, o autor argumenta: 1) “são os homens que fazem a história, o que significa que tudo que compõe o ser social é resultado da atividade humana”. Assim, se os homens são os sujeitos na instauração do capitalismo, por que não seriam capazes de superá-lo e instaurar uma forma de sociabilidade superior? 2) “Na afirmação de Lukács, o homem é um ser que dá respostas. Vale dizer, a alternativa, a possibilidade de escolha, por mínima que seja, é uma característica essencial do ser social. A alternativa é o fundamento da liberdade e isso pode ser constatado no exame do ato fundante do ser social, que é o trabalho. Portanto, se no campo das possibilidades existir determinada alternativa, isso significa que ela é possível. Não inevitável, nem que de fato, se realize,

mas, simplesmente, é possível". 3) A alternativa da emancipação humana existe no campo de possibilidades configurado pela atual forma de sociabilidade. "No interior do próprio capitalismo se gestaram as condições de possibilidade para a instauração de uma sociedade plenamente emancipada. Nada impede, em princípio, que a propriedade privada, o capital, o trabalho abstrato e todo o conjunto de categorias que compõem a sociabilidade do capital sejam superados e substituídos por outra forma superior de sociabilidade. Por outro lado, o próprio capitalismo, desenvolveu uma capacidade tal de produção de riqueza que, desde que profundamente modificada, poderia satisfazer as necessidades dos indivíduos." Ora, se os assistentes sociais fazem parte da comunidade humana; se, em sendo assim, somos seres que damos respostas; se a possibilidade da emancipação humana colocada pela própria sociabilidade do capital põe aos trabalhadores a possibilidade da revolução e, conseqüentemente, aos profissionais, e, aqui em específico, os assistentes sociais que tomam o projeto do Serviço Social como referência, atuem com indivíduos/profissionais nessa direção, cabe aqui *não confundir projeto profissional utópico/inviável/impossível com projeto profissional exigente/trabalhoso/árido*.

Partindo dessas considerações introdutórias, num *momento da humanidade, claramente contrarrevolucionário*, com este trabalho, objetivo abordar o complexo movimento do cotidiano profissional que, como parte e expressão do movimento social, determina a modesta e sempre contraditória contribuição que pode dar o assistente social que opta por um projeto de profissão anticapitalista, voltado para a emancipação humana. Uma contribuição, individual e coletiva, que tem como finalidade não o acesso a direitos, bens, serviços sociais e à "cidadania" como fins em si mesmos, mas ganhos efetivos e necessários ao processo de auto-organização dos trabalhadores nos seus diferentes segmentos, a partir de imposição de limites efetivos ao capital na busca por emancipação. Processo que impõe e exige do assistente social, individual e coletivamente, resistência e enfrentamento das requisições e imposições da burguesia (via Estado, nos seus diferentes poderes ou iniciativa privada/ONG), pela *participação da categoria profissional na efetivação de processos corretivos de controle, busca de*

*consenso*,<sup>71</sup> *consentimento e submissão de tudo e de todos*, favoráveis aos interesses burgueses de acumulação, concentração de capital e controle das crises do capitalismo e da sua necessidade de, para alcançar esses objetivos, explorar trabalho.

No complexo cotidiano da prática, *nada é revolucionário em si mesmo*, mas contém a possibilidade de trazer contribuições individuais e coletivas efetivas, tanto nos processos de formação, auto-organização, enfrentamento e resistência, quanto nos processos de preparação para os momentos de ruptura, para o que põe-se como exigência o exercício efetivo das formas potencialmente emancipatórias de consciência social.

Se a preocupação dos assistentes sociais é com as condições objetivas na construção das necessárias condições materiais de vida, de trabalho e da subjetividade dos trabalhadores, na busca pela emancipação humana, é no espaço contraditório, complexo e aparentemente estéril onde a prática se dá que podemos conceber a prática necessária. Parafraseando Florestan Fernandes (In: Lênin, 1978), nos perguntamos: o que um regime que tem como base a propriedade privada dos meios essenciais de produção e a exploração do homem pelo homem deixa como espaço político democrático para a luta política dos diferentes segmentos das classes trabalhadoras? Deixa “um espaço zero”. Assim, os assistentes sociais que objetivam, com sua atividade profissional, fortalecer mais os interesses das massas trabalhadoras do que os inte-

---

71. Mas se por um lado coloca-se como exigência realizar a necessária crítica à busca de consenso entre desiguais, por parte dos governos/gestores, frente à necessidade de manutenção dos interesses de acumulação, dominação e exploração capitalistas, como acontece no âmbito dos Conselhos de política e de direitos, nós, os assistentes sociais, não podemos negligenciar a problematização teórico-prática da busca dos consensos necessários entre os trabalhadores nos seus diferentes segmentos o que, para se concretizar, requer espaços democráticos, com base no diálogo e na crítica radical frente a questões cruciais que envolvem os trabalhadores e todos os interessados na emancipação humana. Neste processo, com base no respeito ao direito de apresentação das diferentes opiniões, interesses, necessidades, para que possam ser submetidas ao debate e confrontação com as outras opiniões, é que se põe a necessidade de definição, por exemplo, no próprio processo de formação, mobilização, organização e realização das lutas sociais, de quem somos os interessados na emancipação; o que queremos; quem são nossos adversários e oponentes etc.

resses dominantes se defrontam com a necessidade de, como os demais trabalhadores, partir desse “espaço zero” e participar da criação das condições necessárias a outra organização social a partir de dentro da contrarrevolução.<sup>72</sup>

Assim, no contexto da sociedade do capital, resta-nos uma certeza: fazer Serviço Social na direção do projeto profissional coloca os assistentes sociais, assim como os trabalhadores, na busca por sua emancipação, caminhando sobre o fio da navalha.

No capitalismo, a teoria só é invocada para responder pela “produção das qualificações necessárias ao funcionamento da economia [...] {e} pela formação dos quadros e a elaboração dos métodos de controle político”. Como continua Mészáros,

uma teoria sócio-histórica abrangente e dinâmica é inconcebível sem uma força, interessada positivamente na transformação social, como seu terreno prático de apoio. A parcialidade do interesse burguês, que evidentemente não está interessado em uma tal transformação, pode oferecer somente variações sobre um modelo *estático*: a projeção da ordem social estabelecida como um tipo de “milênio empírico”, sujeito a “melhorias graduais” e “reformas setoriais”, aplicadas aos seus detalhes menores. (2006, p. 275-281)

É diante desse complexo e contraditório campo que, com essa reflexão, pretendo dar uma contribuição na consolidação de práticas e na

---

72. Afirma Florestan: “...o que um regime opressivo deixa como espaço político ‘democrático’ para as reivindicações do Povo, das classes trabalhadoras, dos movimentos radical-democráticos ou socialistas. Um espaço zero. O teórico socialista se defronta com a necessidade de partir desse espaço zero: criar a revolução a partir de dentro da contrarrevolução. Ou seja, o combate organizado à contrarrevolução institucionalizada e estabilizada politicamente deve ser, desde o início, um processo revolucionário. Daí as frases famosas deste livro [O que Fazer?]: ‘Sem teoria revolucionária, não existe movimento revolucionário’; ‘toda a vida política é uma cadeia sem-fim composta de um número composta de um número infinito de elos’; ‘é preciso sonhar’ etc. A contraparte dessas frases famosas: sem organização não se mede a força de um movimento revolucionário e sem movimento revolucionário não se testa a teoria revolucionária. Lênin completa o marxismo. Introduce a dialética na esfera da ação política direta e do movimento de massas pelo socialismo” (In: Lênin, 1986, p. XII).

mudança de concepção — na profissão e na sociedade — com relação ao que é necessário para o enfrentamento da questão social e do sofrimento social. Questão social e sofrimento social que se enfrentam com teoria e princípios éticos firmes e não com trabalho voluntário; se enfrentam contribuindo para a transformação radical das condições de vida, de trabalho e de formação humana dos trabalhadores e trabalhadoras; se enfrentam atuando sobre estruturas perversas e contraditórias e não a partir de representações sociais que, substituindo a razão, nos remete a atuar sobre indivíduos isolados, através de acolhimento, de humanização do atendimento e/ou de atenção às diferentes expressões da questão social de forma fragmentada, contingente e precária; se enfrentam atuando sobre estruturas perversas e contraditórias e não sobre os indivíduos isolados e mutilados, material e subjetivamente, na busca de mudança de comportamentos e de atitudes, redução e contenção de consequências mutiladoras e perversas; se enfrentam com a criação de espaços, tempos e condições onde possamos, individual e coletivamente, exercitar formas emancipatórias de consciência social, potencialmente presentes na própria sociedade do capital. E, aqui, como pontuado, não estamos nos referindo à teoria em abstrato. Estamos nos referindo à teoria social de Marx e ao marxismo. Estamos nos referindo à exigência de resgatar a indissociabilidade teoria-práxis e ao sentido revolucionário do conhecer para transformar. Ao separar claramente o que é da ordem do pensamento — o concreto pensado — do que é da ordem da realidade — o real concreto —, tornam-se claras as palavras de Marx, ao “virar a dialética hegeliana de cabeça para baixo”:

em sua forma mistificada, *a dialética foi moda alemã porque ela parecia tornar sublime o existente*. Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela — a dialética materialista — inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desapareição inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária (Marx, 1983, p. 14; grifos meus).

Antes de dar início à reflexão, cabem aqui alguns agradecimentos. Assim, agradeço,

- aos meus alunos e aos assistentes sociais por me manterem sempre alerta com relação à centralidade da indissociabilidade entre teoria/realidade-prática na objetivação do projeto do Serviço Social brasileiro.
- aos companheiros assistentes sociais que me ouvem e me provocam com suas indagações e angústias, em especial, aos que se dispuseram a me oferecer o seu cotidiano profissional como objeto de estudo.
- a todos os intelectuais, que, com sua produção, direta ou indiretamente, participam da minha formação, me iluminam, e estão presentes neste trabalho, nem sempre através de citações diretas.
- à Faculdade de Serviço Social e à UERJ, agradecendo, posso afirmar que cumpri meu papel na universidade: objetivar ações articulando de forma indissociável ensino-pesquisa-extensão. Obrigada aos meus companheiros docentes, técnico-administrativos e alunos.
- aos integrantes históricos do NEEPSS — graduação e pós-graduação —, que tanto me compeliram a estudar, estudar, estudar, como possibilitaram o desenvolvimento do processo de investigação, particularmente no que se refere à penosa e difícil tarefa de reconstrução empírica do objeto de estudo.
- aos alunos da disciplina Processo de Trabalho do Serviço Social III da Faculdade de Serviço Social/UERJ que, a cada ano, me estimulam e me encorajam a investir na minha formação, e pela oportunidade de estudar, através de suas manifestações, o processo de formação da FSS/UERJ.
- ao CNPq/FAPERJ, que, através de auxílios e bolsas, ainda que não na medida do necessário, diante da prioridade dada às ciências denominadas duras, contribuíram com condições mínimas para a materialização dessa produção, ainda que a penosa

prestação de contas tenha consumido meu precioso tempo de viver.

- a José Paulo Netto, pela orientação contínua que tem possibilitado o enfrentamento das minhas debilidades teórico-práticas, o que em nada o responsabiliza pelo conteúdo deste livro.
- à Fátima de Maria Masson pela amizade, pela leitura atenta e pelas trocas iluminadoras e contribuições.

A todos os demais que direta ou indiretamente participaram deste livro e me incentivaram a publicá-lo.



# 1

## Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro e formação na sociedade do capital

A coincidência da modificação das circunstâncias com a atividade humana ou alteração de si próprio só pode ser apreendida e compreendida racionalmente como **práxis revolucionária**. (Marx, K. *A ideologia alemã*, 1996, p. 12)

A seguir, abordo sete entre questões essenciais a serem consideradas, analisadas, aprofundadas criticamente pelos assistentes sociais no seu processo de formação graduada e permanente, ao escolherem/acolherem o projeto profissional, tendo em conta enfrentar os desafios que se colocam na sua manutenção e consolidação, o que exige aprofundamento da sua direção social e a garantia de práticas mediadas por ele, com pena de, de partida, interpor óbices intransponíveis no cotidiano profissional. São questões que, ainda que dirigidas especialmente aos assistentes sociais, tornam-se necessárias a todos os profissionais que optam por uma atividade profissional, anticapitalista, que se requer educativa.

## 1.1 Concepção de Mundo

*“até mesmo na mais simples manifestação de uma atividade intelectual qualquer, na ‘linguagem’, está contida uma determinada concepção de mundo”  
(Gramsci, 1999, p. 93)*

O mundo do homem “[...] dissocia-se imediatamente tão logo se separa qualquer dos seus elementos do conjunto das correlações que sustentam o todo”; sob influência do idealismo, institui-se “um certo corte conceptual entre o tempo e o espaço, por um lado, e a realidade objetiva e o movimento, por outro lado” (Lukács, 1969, p. 65).

Tomando para si princípios alheios e/ou sem certeza, firmeza ou convicção dos princípios, finalidades e objetivos voltados à emancipação humana, e sem segurança da teoria necessária à sua transformação em realidade objetiva, estaremos — qualquer indivíduo social, dentre eles os

trabalhadores, intelectuais/profissionais-assistentes sociais<sup>73</sup>... — fadados “a uma concepção de mundo que recusa, por princípio, o mundo terreno, a significação imanente ao ser e à ação do homem”; assim, ao rejeitar a história e o *devenir/vir a ser*, o indivíduo é levado a supor que a realidade objetiva seja imutável, isto é, “que o homem está reduzido, previamente, à impotência e que qualquer possibilidade de ação deixa de ter sentido”, o que nos precipita a uma “impressão de total incapacidade, [...] [e] paralisia perante a força incompreensível e inelutável das circunstâncias” (Lukács, 1969, p. 61).

Na sociedade capitalista, o desemprego estrutural e a superexploração do trabalho, retirando da maioria dos trabalhadores qualquer objetivo, qualquer esperança, lança-os ao imobilismo, à inércia, à falta de atividade e de iniciativa. Se concordamos com Lukács (1969, p. 60) de que “o homem só age realmente se imagina, pelo menos, subjetivamente, um significado para a sua atividade”, atingido pelo processo alienante e alienador do

---

73. Este texto, tanto no que se refere aos trabalhadores como no que se refere aos assistentes sociais, está atravessado pela concepção gramsciana de intelectuais. Partimos da afirmação básica de Gramsci: “todos os homens são intelectuais [...], mas nem todos os homens desempenham na sociedade a função de intelectuais. [...] Não existe atividade humana da qual se possa excluir toda intervenção intelectual, não se pode separar o *homo faber* do *homo sapiens*. Em suma, todo homem, fora de sua profissão, desenvolve uma atividade intelectual qualquer, ou seja, é um ‘filósofo’, um artista, um homem de gosto, participa de uma concepção do mundo, possui uma linha consciente de conduta moral, contribui assim para manter ou para modificar uma concepção do mundo, isto é, para promover novas maneiras de pensar” (1979, p. 7-8). Mas, para o autor, a atividade intelectual deve ser diferenciada em graus que, “nos momentos de extrema oposição, dão lugar a uma verdadeira e real diferença qualitativa: no mais alto grau, devem ser situados os criadores das várias ciências, da filosofia, da arte etc.; no mais baixo, os ‘administradores’ e divulgadores mais modestos da riqueza intelectual já existente, tradicional, acumulada” (idem, p. 11). Para Coutinho (2006, p. 115), com base em Gramsci, “há o grande intelectual, o produtor de concepções de mundo universais, mas há também um sem-número de ramificações e mediações, através das quais *os pequenos e médios intelectuais fazem com que as grandes concepções de mundo cheguem ao que ele [Gramsci] chama de ‘simples’, ou seja, o povo*”, onde situamos a maioria dos assistentes sociais. Por fim, continua Gramsci: “Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos — entre governantes e governados —, é dada uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, portanto, saber (não mecanicamente, mas de forma viva), é somente então que a relação é de representação e que se produz o intercâmbio de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é: que se realiza a vida conjunta que, só ela, é a vida social; cria-se um bloco histórico” (Gramsci. In: Portelli, 1977, p. 83).

capital, ele é arremessado para uma concepção de mundo em que impera a ausência de significado, o sem sentido, que “reduz toda mobilidade à simples aparência e imprime à totalidade a marca de puro estatismo”. Como já sinalizava Dostoiévski, “Quando um homem perde qualquer objetivo e qualquer esperança, não é raro que, por tédio, se transforme num monstro” (In: Lukács, 1969, p. 60).

Se por um lado o desenvolvimento intelectual da classe operária não determina mecanicamente sua emancipação, por outro lado, “sem teoria revolucionária não pode haver movimento revolucionário”, como afirma Lênin em “O que fazer?”. E, afinal, é nas relações de oposição e luta através das quais as classes determinam-se reciprocamente que está colocada a possibilidade de uma delas — operários, apoiados e em aliança e articulação indissociável com os demais trabalhadores assalariados<sup>74</sup> x capitalistas,

---

74. Concordamos com Netto de que “é necessário reconhecer que a redução quantitativa do contingente proletário exige repensar as condições de seu protagonismo político... [mesmo mantendo] a convicção teórica de que **somente ao proletariado está aberta a possibilidade de conduzir conseqüentemente a luta contra o capitalismo** que representa, nas eloquentes palavras de uma jornalista francesa, o *horror econômico*” (2006, p. 230; grifos em itálico do autor; negrito meus). Comungando da mesma direção social, para Coutinho (2006, p. 101), há que se repensar e discutir a questão do sujeito revolucionário, o sujeito capaz de operar transformações. A seu ver, “esse sujeito situa-se ainda no mundo do trabalho, mas não é mais a classe operária fabril, como Marx pensava. Temos que estudar a nova morfologia do mundo do trabalho e também os vários movimentos sociais que, sem provirem [diria eu, diretamente] do mundo do trabalho, colocam demandas que chamo de radicais, como são os casos dos movimentos feminista e ambientalista [...]. São sintomas de que as coisas podem estar mudando para nós. Precisamos começar de novo, com a modéstia de quem perdeu a batalha, tanto no sentido político quanto no sentido cultural, mas com a convicção de que o resultado da guerra não está decidido”. Este estado de coisas, para nós assistentes sociais que estamos cotidianamente em contato com os diferentes segmentos da classe trabalhadora, revela tanto o nosso compromisso como a nossa responsabilidade, a depender da direção social que escolhemos. O fato é que a redução quantitativa do contingente proletário e a conseqüente redução do quantitativo de assistentes sociais nas empresas capitalistas, em consonância com o aumento gradativo do contingente de supérfluos para o capital e a assistencialização das políticas sociais, situa a maioria dos assistentes sociais junto a essas massas supérfluas para o capital e aos demais trabalhadores assalariados, o que nos remete à tarefa de contribuir para que, nos momentos de ruptura, essas massas trabalhadoras se organizem em aliança e apoio ao operariado na imposição de limites ao capital e na superação da própria ordem capitalista, em busca da emancipação humana.

nos seus diferentes segmentos — alçar à condição de classe que detém a hegemonia (Gramsci).<sup>75</sup>

Ora, se concordamos com Gramsci, que a explicação para o consentimento que as classes trabalhadoras manifestam em relação à organização social capitalista reside no poder da consciência e da ideologia, para além da força e da lógica do seu modo de produção; que, nessa própria consciência que pode consentir nas relações sociais capitalistas repousam os fundamentos de uma estratégia para obter o consentimento ativo das massas através da sua auto-organização; e se é fato que a maioria dos assistentes sociais está, no cotidiano da prática, realizando atividades educativo-assistenciais, junto aos diferentes segmentos da classe trabalhadora, é nesse complexo campo da luta de classes que os intelectuais,

---

75. A hegemonia de Gramsci se expressa na sociedade como aparelho de hegemonia (conjunto de instituições, ideologias, práticas e agentes — dentre eles os intelectuais), que compreende a cultura dos valores dominantes, atravessado pela luta de classes. As instituições que formam o aparelho hegemônico só tomam sentido, como afirma Carnoy (1988), “quando estabelecidas no contexto da luta de classes e da classe dominante, que estende seu poder e controle à sociedade civil através dessas mesmas instituições”. Para o autor, são dois os significados principais do conceito de hegemonia em Gramsci. Primeiro, “é um processo na sociedade civil pelo qual uma parte da classe dominante exerce o controle, através de sua liderança moral e intelectual, sobre outras frações aliadas da classe dominante. A fração dirigente detém o poder e a capacidade de articular os interesses das outras frações. Ela não impõe sua própria ideologia ao grupo aliado; mas antes ‘representa um processo politicamente transformativo e pedagógico, pelo qual a classe (fração) dominante articula um princípio hegemônico, que combina elementos comuns, extraídos das **visões de mundo** e dos interesses dos grupos aliados’ (Giroux)”. O segundo principal significado “é a relação entre as classes dominantes e as dominadas. A hegemonia compreende as tentativas bem-sucedidas da classe dominante em usar sua liderança política, moral e intelectual para impor sua **visão de mundo** como inteiramente abrangente e universal, e para moldar os interesses e as necessidades dos grupos subordinados... Essa relação de consentimento não é absolutamente estática. Ela move-se em um terreno em constante deslocamento a fim de ‘acomodar-se à natureza mutante das circunstâncias históricas, e às exigências e ações reflexivas dos seres humanos’ (Giroux, 1981, p. 419). A hegemonia não é uma força coesiva. Ela é plena de contradições e sujeita ao conflito.” Assim, para Gramsci, nem a força, nem a lógica do MPC podem explicar o consentimento que as classes subalternas manifestam em relação a esse modo de produção. “Ao contrário, **a explicação para esse consentimento reside no poder da consciência e da ideologia**. Mas, concomitantemente, **nessa própria consciência que pode consentir nas relações da sociedade capitalista repousam os fundamentos de uma estratégia para obter o consentimento ativo das massas através de sua auto-organização**, começando pela sociedade civil e em todos os aparelhos hegemônicos — da fábrica à escola e à família (Buci-Glucksmann, 1982, p. 119)” (Carnoy, 1988, p. 95-96; grifos em negrito meus).

e dentre eles o assistente social, tomando projetos anticapitalistas e emancipatórios como referência, ao se objetivarem como intelectuais num processo de autoformação permanente na sociedade do capital, podem dar uma *modesta contribuição* para que a “teoria penetre as massas” e, dessa forma, a teoria podendo se transformar em “força material”, o que só pode se dar através de uma práxis, radicalmente crítica, criativa, consciente. Um processo que corre o risco permanente de ser facilmente alienado e alienador, na medida em que, dialeticamente, se desenvolve no âmbito do movimento alienante e alienador do próprio capitalismo. Movimento do capital que obscurece a historicidade/transitoriedade do mundo dos homens/mundo das coisas, como vimos, do permanente “vir a ser”. Um processo, assim, que pode tomar o rumo oposto/contrário, ou seja: os intelectuais/profissionais, mesmo sem o saber e o querer, servindo de braço da elite dominante, para além daqueles que, por escolha/interesse, o fazem como intelectuais necessariamente orgânicos do capital.

No Modo de Produção Capitalista (MPC), os processos de conservação, negação e superação constituem seu movimento dialético e o nexo causal que determina o movimento social. As tendências presentes nesse movimento é que, a partir de escolhas individuais sim, mas num movimento cuja finalidade é *meramente casual*, vão se reverter em predominância da conservação ou na ruptura dos processos sociais,<sup>76</sup> o que só pode ser apreendido *post festum* (depois do fato acontecido).

---

76. Como afirma Tertulian (2010, p. 396), abordando o modo como Lukács concebe a relação entre teleologia e causalidade no interior da vida social, “a tese de fundo [de Lukács] é que os processos sociais são postos em movimento exclusivamente através dos atos teleológicos dos indivíduos, mas a totalização desses atos numa resultante final tem um caráter eminentemente casual, privado de qualquer caráter finalístico”. Esta tese está assentada em outra tese sua: a tese filosófica, qual seja, “as posições teleológicas dos indivíduos nunca chegam a exercer uma coerção absoluta, e isto porque elas só existem quando põem em movimento alguma cadeia causal; o resultado das ações de cada indivíduo nunca é inteiramente igual às suas intenções, uma vez que o resultado das ações de cada sujeito interfere no resultado das ações dos outros, daí que a resultante final escape, por definição, às intenções dos vários sujeitos particulares. O processo social, na sua totalidade, aparece como o resultado da interação entre muitas cadeias causais, postas em movimento por vários atores sociais: a resultante ultrapassa, pois, necessariamente, as intenções individuais, tendo ela, segundo Lukács, um caráter casual e não teleológico” (grifos meus).

Como podemos apreender em Marx e Lukács, é interesse da burguesia obstruir, dificultar, tornar impraticável que os trabalhadores apreendam conscientemente o caráter dialético da realidade, porque essa tomada de consciência atingiria na raiz a burguesia — a autoridade dominante no capitalismo —, ao desmascarar o caráter passageiro de sua dominação. É nesse sentido que pensar dialeticamente, pensar crítica, reflexiva e criativamente, apreendendo a realidade como todo orgânico, no seu movimento e nas suas contradições, só interessa aos que almejam a superação da ordem do capital. À burguesia — em todas as etapas do capitalismo e, ainda mais, na vigência do imperialismo<sup>77</sup> — só interessa pensar e espriar o pensamento alienado/alienador, reificado e reificador; só interessa a falsa consciência (Marx, 1985b, Lukács, 1989).

É do movimento dialético que se constitui o capitalismo que, mesmo sem o saber, fazemos parte — como indivíduos sociais e como profissionais/assistentes sociais —, contribuindo para o predomínio da conservação (raramente dependendo da nossa vontade) e/ou da superação da ordem do capital (sempre dependendo da razão crítica, da razão dialética e da vontade política). Como processos que se articulam dialeticamente na sociedade do capital, *conservação* que depende da obediência ao que nos está dado a reproduzir na ordem do capital e *superação* que depende de atos individuais, livres e emancipadores e que, no limite, estão caucionados pelo “ato livre e emancipado da humanidade que, consciente e radical-

---

77. A política de expansão e domínio territorial e/ou econômico de uma nação sobre outras — o *imperialismo* —, que é realizada por homens e mulheres através de suas escolhas, carrega no seu âmago a “ânsia de matar” que se destaca, juntamente com o canibalismo e o incesto, entre as privações — condição produzida pela proibição que leva à frustração — que atingem a todos e que, “com as proibições que as estabeleceram, a civilização [...] começou a separar o homem de condição animal primordial” (Freud, 1997, p. 17-18). Mas, como se pode perceber, pela degradação da natureza e do próprio homem, parece que, sob o jugo do imperialismo, determinada classe de homens — os dominantes e seus administradores/gerentes — não conseguiu superar, dentre outras coisas, tanto a ânsia de matar como o incesto, que se revela no abuso sexual no seio da família aliado à pedofilia. Enfrentando a realidade, para além das afirmações teóricas, a cidade de Cori-AM assiste indignada à brutal atuação de uma rede de pedofilia que alicia meninas através de Programas Assistenciais. Uma rede que, chefiada pelo Prefeito que dirigiu a cidade entre 2000/2008, é composta por integrantes do Legislativo e do Executivo municipal.

mente, decide superar as alienações capitalistas e colocar as necessidades humanas como essência das relações sociais” (Lessa e Tonet, 2008, p. 122).

É diante desse complexo causal e possibilidades que os trabalhadores, e nós, assistentes sociais que, como trabalhadores assalariados, optamos pelo projeto profissional, nos defrontamos com o seguinte problema formulado por Gramsci (1999, p. 93) e que guarda relação direta com a formação da subjetividade de cada indivíduo social:

... é preferível “pensar” sem disto ter consciência crítica, de uma maneira desagregada e ocasional, isto é, “participar” de uma concepção de mundo “imposta” mecanicamente pelo ambiente exterior, ou seja, por um dos muitos grupos sociais nos quais todos estão automaticamente envolvidos desde sua entrada no mundo consciente [...] ou é preferível elaborar a própria concepção do mundo de uma maneira consciente e crítica e, portanto, em ligação com este trabalho do próprio cérebro, escolher a própria esfera de atividade, participar ativamente na produção da história do mundo, ser um guia de si mesmo e não mais aceitar do exterior, passiva e servilmente, a marca da própria personalidade?

Consciente ou não do seu papel, os intelectuais — dentre os que têm essa condição como função, os assistentes sociais por sua condição de nível superior — desempenham um papel como “fatores humanos” de dinamização do processo de desenvolvimento da sociedade; na contraditória sociedade capitalista, favorecendo uma das classes fundamentais, a burguesia ou o proletariado. Para Fernandes (1975a, p. 169), desde a fase de gestação da “revolução burguesa”, “o alcance qualitativo da contribuição dos intelectuais não fez senão crescer e aumentar, especialmente como técnicos, mas também graças a outros papéis sociais”. Para o autor, ao contrário dos outros sujeitos sociais

o intelectual deve lidar de modo consciente e inteligente com os elementos de racionalidade que são acessíveis à sua atuação social. Ele não é pior nem melhor do que os outros seres humanos. Também não é mais livre que eles do influxo dos interesses e das ideologias. *Contudo, pode discernir melhor as razões e as consequências de suas opções.* (Fernandes, 1975a, p. 171-172, grifos meus)

Por isso, o intelectual possui condições para determinar, melhor que os outros, quais os caminhos que favorecem práticas democráticas e emancipatórias e quais os que se mostram obstáculos intransponíveis, desse modo, apreendendo do próprio real os caminhos que oferecem “vantagens relativas” aos processos de ruptura. Como afirma Lucáks (1980), não existe concepção de mundo “inocente” (p. 173). Assim, quem escolhe, conscientemente ou não, a defesa do capitalismo

precisará considerar-se pessoalmente responsável pelas inevitáveis novas guerras revanchistas do imperialismo, pelos massacres, pela futura opressão de nacionalidades e de classes. No plano ético, ninguém pode se subtrair a essa responsabilidade, alegando ser apenas um indivíduo, do qual não depende em nada o destino do mundo. Isso é algo que nunca se pode saber, com certeza, objetivamente; é sempre possível que num dado momento o destino dos outros dependa exatamente de nós.<sup>78</sup> Além disso, a própria essência íntima (*innerste Wesen*) da ética, a consciência e o senso de responsabilidade invalidam o modo de pensar subjacente a essa alegação; quem não for capaz de optar e assumir as consequências, pode até ser em outros aspectos um ser humano muito civilizado, mas do ponto de vista da ética permanece ao nível de uma vida instintiva, inconsciente, primitivo. (Lukács. In: Konder [Org.], 1980, p. 123)

Tendo em vista os interesses da burguesia, a função social do assistente social é atuar nas condições materiais e espirituais de existência de diferentes segmentos das massas trabalhadoras que ameaçam a ordem vigente, nos diferentes momentos históricos, não na *busca de solução para o que não tem solução nessa ordem social*, mas na busca de manter sob controle qualquer possibilidade de mobilização, organização, resistência,

---

78. Nós, os assistentes sociais, sabemos muito bem disso. Quantas vezes, ao viabilizarmos uma simples passagem de ônibus, um medicamento ou uma prótese, recebemos inflamados agradecimentos como “não sei o que seria de mim sem o senhor”; “o senhor me salvou”. Se, por um lado, sabemos que um recurso assistencial não salva ninguém, ao sair do Serviço Social hipotecando ao assistente social a responsabilidade por um desfecho positivo na sua vida, ali perdeu-se a dimensão radical do direito, do fundo público (ver Salvador e outros, 2012), [...] da revolução. Queiramos ou não, contribuimos para hipotecar o destino daquela pessoa à submissão, à alienação.

insurreição; cada momento histórico com suas exigências específicas.<sup>79</sup> Uma ação que, diga-se de passagem, não tem nada de belo, na medida em que não pode ser mediada por qualquer princípio ético,<sup>80</sup> visto que tem de recorrer ao que é conservador, obscuro, fraudulento, opressor, quando não, reacionário.

É a contradição de fundo entre trabalho/capital — produção social da riqueza, sob condição de exploração do trabalho, e a apropriação privada da riqueza e dos meios essenciais de produção — que resulta na possibilidade de o assistente social, a partir de uma relativa autonomia (Jamamoto, p. 1998a) conferida por sua condição de profissional liberal, atuar, contri-

---

79. Se nos primórdios da profissão no Brasil — décadas de 1930-40 — os assistentes sociais são chamados a controlar, “amansar” os operários e suas famílias — e disso resulta a afirmação dos assistentes sociais como “amortecedores do sistema” —, na era do capitalismo financeiro, desemprego estrutural,... os assistentes sociais são chamados, prioritariamente, a controlar os supérfluos (Kurs), os ninguéns (Galeano), através da assistencialização dos direitos sociais garantidos legalmente na Constituição brasileira de 1988.

80. “É justo um mundo em que a cada minuto destina três milhões de dólares aos gastos militares, enquanto a cada minuto morrem quinze crianças por fome ou doença curável? Contra quem se arma, até os dentes, a chamada comunidade internacional? Contra a pobreza ou contra os pobres”, pergunta Eduardo Galeano, morto em 2015. Ainda que o próprio capitalismo venha colocando a ética na mídia (fala-se, como se fosse possível, em “ética corporativa”, que poderia ser substituída por: limites e ações para não deixar o seu negócio desandar), como resgatar princípios éticos em uma organização social que não só permite, mas insita o monopólio de patentes de drogas farmacêuticas que, além de resultarem de conhecimentos produzidos socialmente, ao longo da história da humanidade, poderiam salvar milhões de vidas? Aqui se destacam não só as drogas para tratamento da Aids, mas as vacinas contra as gripes, contra a infecção pelo HIV, e demais doenças que vêm ceifando milhões de vidas humanas ao longo da história da humanidade. Destacam-se, nesse contexto, os poucos investimentos na busca de drogas para o enfrentamento das doenças que mais matam os pobres no mundo, ou seja, a maioria. Ver a produção de Mike Davis (2006) sobre as possibilidades presentes historicamente para que a humanidade pudesse se proteger dos surtos de gripe que mataram milhões de indivíduos. Interessante notar que a propaganda do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial não é dirigida às empresas, bancos etc., mas ao “cidadão” que consome “produtos piratas”. Vide <[www.etico.org.br](http://www.etico.org.br)>. No mais, qual a diferença entre lucrar com epidemias — a partir das patentes de antivirais, que poderiam salvar milhares de vidas — e o tráfico de drogas e armas? Na busca de oportunidades de negócios, a tecnologia na saúde, assim como toda a tecnologia no capitalismo, não põe o homem como centro o qual passa a ser um simples consumidor de medicamento, caso possa pagar ou “alguém” pague — no caso o Estado via fundo público —, por um bem que é patrimônio da humanidade. Patrimônio da humanidade porque o estágio em que a ciência se encontra hoje deve suas bases às gerações passadas e à força de trabalho coletiva para alcançá-lo.

buindo na formação, mobilização e organização dos trabalhadores na busca por emancipação humana, ao favorecer a melhoria e a transformação das condições materiais e espirituais de existência dos trabalhadores/usuários — operários, demais trabalhadores assalariados, formais e informais e os supérfluos para o capital — na sociedade capitalista.

Assim, para além da dimensão material — viabilização de recursos —, na realidade, o assistente social tem como função social atuar na substância da personalidade dos indivíduos/usuários/massas trabalhadoras, pela veiculação de costumes, valores — normas, princípios, padrões sociais —, conhecimentos e informações, os quais, dependendo do conteúdo, da forma e da direção social como são veiculados — o que está assentado nas finalidades e objetivos que orientam a atividade profissional, explícitos ou implícitos — vão *contribuir* para a manutenção, melhoria e/ou transformação das condições materiais e espirituais de existência dos trabalhadores, quando não, para o agravamento daquelas condições, a depender da direção social da atividade profissional. Mas, como afirmado por Engels (s/d., p. 199)

os objetivos visados pelos atos são produto da vontade, mas não o são os resultados que, na realidade, decorrem deles, e, mesmo quando momentaneamente parecem ajustar-se aos objetivos visados, encerram finalmente consequências muito diversas das que eram desejadas. Por isso, em conjunto, os acontecimentos históricos também parecem regidos pelo acaso. Ali, porém, onde na superfície das coisas o acaso parece reinar, ele é, na realidade, governado sempre por leis imanentes ocultas, e o *problema consiste em descobrir essas leis*. (Grifos do autor)

Desse modo, não podemos deixar de sinalizar o óbvio. Enquanto as condições para a reprodução da sociedade estão dadas, de forma a favorecer a ordem capitalista, as condições para seu enfrentamento, tendo em vista a sua superação, só podem existir em permanente construção, a depender do desobscurecimento de sua lógica e organização. Assim, a não ser que o assistente social possa pensar e intervir na realidade fora dela mesma,

é preciso reconhecer que o desenvolvimento capitalista tende, necessária e espontaneamente, ao reforço do monopólio do capital. Por essa razão, um plano só é mais um ato demagógico ou uma elucubração vazia quando se conhecem verdadeiramente, com base nos princípios da economia marxista, todas as leis desse desenvolvimento espontâneo (leis do mercado, da concentração do capital, da passagem — determinada pelos lucros — do capital de um ramo da economia a outro etc.). Somente o conhecimento dessas leis torna possível um plano<sup>81</sup>, e precisamente um plano que analise os meios econômicos e políticos necessários para de fato conduzir esse movimento na direção desejada. Ademais, a situação das classes, as exigências vitais das massas trabalhadoras determinarão a finalidade do plano. As possibilidades de mobilizar, em todos os campos da vida econômica, as diversas forças econômicas contra o desenvolvimento espontâneo do regime capitalista é, portanto, função do conhecimento exato da economia. (Lukács, 2007, p. 60)